Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de Junho de 2018

Ata N.º 9

No dia vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – 2.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021;

PONTO TRÊS – Contas Consolidadas 2017;

PONTO QUATRO – Área de reabilitação urbana do Centro Histórico de Palmela – Operação de reabilitação urbana (ORU);

PONTO CINCO – Área de reabilitação urbana de Pinhal Novo – Operação de reabilitação urbana (ORU);

PONTO SEIS – Alteração ao Plano Diretor Municipal - Ribeira da Salgueirinha, Pinhal Novo;

PONTO SETE – Contratos Interadministrativos para a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – alteração;

PONTO OITO – Contrato Interadministrativo para a limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas – alteração;

PONTO NOVE – Acordos de Execução para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – alteração;

PONTO DEZ – Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho – Retificação;

PONTO ONZE – Reconhecimento de relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Fábrica da Igreja Paroquial de S. José de Pinhal Novo; Procº E-1102/11; Local - Urbanização Val´Flores- Pinhal Novo.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Colin Michael Mateus Marques.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sr. Jorge Manuel Marques Freitas do PS,** justificou ausência à sessão por se encontrar ausente do País, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU** e **Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Informou, ainda, a **Sra. Presidente da Mesa** que os/as Srs./Sras. Membros em falta se encontram atrasados e iniciarão a sua participação mais tarde.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Nuno Delgadinho da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:46 horas.

<u>Período de Intervenção dos Munícipes</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sendo uma sessão ordinária tem no seu início a possibilidade das Sras. e dos Srs. Munícipes poderem intervir. Começo exatamente por este ponto e pergunto se algum dos presentes na sala, refiro-me naturalmente aos munícipes, pretende intervir.

Muito bem, tenho um pedido de intervenção e ia pedir que se dirigisse então o micro, que se identificasse, dissesse qual era o assunto, por favor, e tem a palavra."

O **Sr. Mário Dolores**:

"Ora boa noite, o meu nome é Mário Dolores. Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes sem exceção.

O que me traz aqui é o seguinte: na passada segunda-feira, por volta das catorze horas e quinze minutos, um munícipe morador na Avenida Visconde Tojal, número cento e vinte cinco C, em Cabanas, entrou em contacto comigo para saber se eu tinha possibilidade, é uma pessoa com alguma idade, tem alguma dificuldade nas novas tecnologias e até pesquisar um contacto telefónico, ou podia ajudar como eleito na Assembleia de Freguesia, talvez tivesse alguns conhecimentos ou vantagens de acesso apenas, devido a uma avaria que teve em casa numa torneira de água e que precisou de substituir a torneira, foi à torneira de segurança junto ao contador da água, fechou a torneira mas a torneira continua a deitar água. Eu liguei para os serviços da Câmara, fui à faturazinha da água, liguei para serviço da Câmara três, quatro vezes, não fui atendido, liguei mais tarde para o piquete para o nove um qualquer coisa, não sei de memória agora, também ninguém me atendeu, mais tarde voltei a ligar para os serviços por volta aí perto das dezasseis horas conseguiram atender e disseram que iriam ligar para alguém que estava na rua e que ia lá passar. Realmente foram, passaram, chegaram lá a casa do senhor disseram que a hora já era avançada e que iam contactar o piquete, para o piquete lá ir e que iria a partir das dezasseis horas e trinta minutos de segunda-feira.

O piquete não foi nesse dia, não foi na terça-feira, na terça-feira por volta das dezassete horas e trinta minutos, liguei para o piquete e o piquete realmente foi lá. Foi lá e não conseguiu fechar aquela torneira foi cá fora na estrada, chamando assim, foi fechar a torneira e partiu a torneira. O que é que acontece até hoje continuam a deitar água junto à estrada, junto ao número cento e vinte e cinco C, Cabanas, junto à Igreja de Cabanas, continua a deitar água e o senhor continua com a torneira dentro de casa sem poder substituir e a correr água. Também liguei na terça-feira, não referi, liguei três ou quatro vezes para os serviços para não dizer cinco ou seis, não é que seja exagero, é que depois podem não acreditar, é hábito e ninguém me atendeu.

Já agora gostava que me ajudassem neste caso a mim e ao munícipe que está enrascado provavelmente vai-lhe aparecer uma fatura de água grande, provavelmente, não sei, que resume a situação, porque se fôssemos nós municípios que fosse dentro do nosso terreno, tal como já aconteceu a mim paguei por duas vezes quatrocentos e tal euros de água, há isso não tinha problema, mas como aquilo está na via pública e somos todos nós que o pagámos está desde segunda-feira, sensivelmente à hora de almoço até hoje a correr água.

Obrigado, disse."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:50 horas.

O **Sr. Joaquim Pires da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:50 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto se há mais alguma questão? Mais alguma intervenção? Não havendo, não sei se o Sr. Presidente quererá nesta fase a adiantar alguma coisa sobre o tema ou se no período das suas intervenções, como desejar."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Muito boa noite a todas e a todos, cumprimento a Mesa, a Sra. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, restantes Membros da Assembleia, os munícipes participantes, as trabalhadoras e trabalhadores do município.

Agradeço o alerta e, naturalmente, vamos procurar saber o que se passou e garantidamente amanhã teremos mais luz e mais informação sobre o processo e, sobretudo, a resolução do mesmo que é isso que nos interessa. Não tenho dados que me permitam dizer algo mais sobre a matéria, registo e garanto que amanhã o assunto estará devidamente resolvido."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos então ao período de antes da ordem do dia e às atas que temos para apreciar.

Temos as atas números seis, sete e oito, pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia se têm questões a colocar sobre as atas, de vinte e seis de abril, oito de maio e vinte e quatro de maio.

Não temos? Não havendo votamos e se, entretanto, surgir algum pormenor obviamente podem sempre fazê-lo chegar aos nossos serviços de apoio."

A Ata número seis, de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A Ata número sete, de oito de maio de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A Ata número oito, de vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Entrando já nos assuntos diversos colocados neste período de antes da ordem do dia, eu informo que temos uma Moção apresentada pelo PS acerca do Dia Mundial dos Refugiados e duas Recomendações do PSD/CDS.

Deste modo passo a palavra à bancada do PS para apresentação da Moção sobre o Dia Mundial dos Refugiados."

Moção PS *"20 de junho – Dia Mundial dos Refugiados"*

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Caixinha** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção.

Intervenções? Não há?

Tem a palavra em nome da bancada da CDU, Sra. Membro da Assembleia, Paula Sobral."

A **Sra. Paula Sobral da CDU:**

"Boa noite a todos e a todas aqui presentes.

Não vemos nada contra esta Moção e a bancada irá votar a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem mais alguma intervenção? Então vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto ao PSD/CDS, neste caso, ao Sr. Membro da Assembleia Colin Marques se quer apresentar as duas recomendações que se seguem?"

Recomendação PPD/PSD.CDS-PP *"EN 379"*

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Recomendação PPD/PSD.CDS-PP *"Pavilhão Desportivo"*

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Sobre as Recomendações foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre cada um dos temas por favor, vamos à primeira questão que é a da Estrada Nacional 379.

Quem é que pediu a palavra? Pela bancada da CDU Sr. Membro da Assembleia, António Mestre, Sr. Presidente da Junta."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sra. Presidente boa tarde e noite, na sua pessoa cumprimento todos os Membros desta Assembleia, Jornalistas, Técnicos Municipais e, obviamente, o público que nos deu a honra da sua presença.

Eu vou aproveitar e vou fazer logo os dois comentários às duas Recomendações, uma vez que não carecem de votação.

Em relação a primeira referente à três sete nove, não posso deixar de me congratular de ver o PSD nesta altura preocupado com esta estrada que, efetivamente tem sido motivo de preocupação na Freguesia, na Assembleia de Freguesia por parte da maioria dos Membros e que tem tido redobrado esforços quer da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia, quer no Conselho Local de Mobilidade apelando ao representante das Infraestruturas Portugal, quer ainda na passada semana, na passada sexta-feira, com nova interpelação que fizemos por escrito e à qual ainda à data, já agora para partilhar a informação com todos os Membros, não recebemos resposta.

Dizer também que no Conselho Local de Mobilidade e no âmbito, também, do Serviço Municipal de Proteção Civil nas reuniões que tem havido, esta tem sido uma preocupação de toda a gente, acho que há dezasseis anos que não há uma intervenção de repavimentação ou de reavivamento, pelo menos, da sinalização horizontal e mesmo quando é pedido para que possa ser feito quase a expensas nossas é quase uma ameaça que não temos competência para o fazer. Portanto, em relação à própria Recomendação eu acho que partilhamos todos da mesma intenção, agora eu acho que vem tarde e é bom reforçar mas vem um bocadinho tarde em relação ao que está feito, e a propósito de vir tarde passo então para a segunda Recomendação pedindo duas situações, um pequeno esclarecimento o pavilhão que estão a solicitar é na Hermenegildo Capelo ou na Escola Secundária? É que o que andamos aqui há muito tempo a tratar todos e que temos tomado várias posições é a Escola Secundária."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Por acaso está a Hermenegildo Capelo mas refere-se à Escola Secundária de Palmela, desculpem o lapso."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Em relação a esta situação dizer que mais uma vez é também um bocadinho tardia, porque já fomos informados nesta Assembleia quer pelo executivo, quer por algumas das diferentes forças políticas, nomeadamente também pelo Partido Socialista, e aprovámos aqui muitas vezes Moções neste sentido e que julgo que até o PSD nos acompanhou até em abaixo-assinados que foram entregues.

As últimas informações que conhecemos, e que foram aqui prestados pelo executivo, é que a situação está em andamento e daquilo que eu posso aqui adiantar sei inclusive que os trabalhos entre a Câmara Municipal e a Secretaria de Estado e o Ministério da Educação estão a correr bem, existe já preparação de documentação que possa permitir a gente a breve trecho ter aqui boas notícias para isto, portanto parece-me que a Recomendação mais não serve do que vir cavalgar uma coisa que já está tratada e que está em andamento neste momento no concelho de Palmela e que a breve trecho nos dará informações.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia tem a palavra, o Partido Socialista Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caríssimos companheiros de Assembleia Municipal, público presente, colaboradores do município, uma boa noite a todos.

Relativamente às duas Recomendações, pois eu baralhei-me aqui também e até escrevi assim: "há pavilhão na Hermenegildo Capelo não há é na Secundária de Palmela. Há necessidade de construção, talvez, mas será mais relevante neste momento mantermos o foco" é o que eu tinha escrito antes de haver correção. nº 80,1º andar De de qualquer maneira penso que a nota que fica e recordo que em, eu não consigo precisar exatamente, mas penso que em dois mil e dez/dois mil e onze numa reunião de Câmara descentralizada realizada à noite no Poceirão até o Sr. Vereador Adilo, que não está cá hoje, ficou um bocadinho aborrecido connosco, enquanto Vereadores do Partido Socialista na altura, porque tínhamos levado uma moção por causa do pavilhão da Escola Secundária e, na altura, estávamos em dois mil e nove /dois mil e dez, havia contactos ainda com a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo no sentido do arranque do pavilhão.

As questões estavam genericamente todas organizadas haveria verbas para isso, no âmbito ainda da Parque Escolar que depois a partir de dois mil e doze caíram todas e, portanto, essas questões são antigas e a Secundária de Palmela merece claramente este pavilhão e espero que a curto prazo o possa ter.

Em relação às questões da trezentos e setenta e nove, é uma via que recorrentemente falamos nela aqui por diversos fatores. No que concerne à desmatação, eu não consigo dizer, enfim, não passo lá frequentemente mas o Sr. Presidente de Junta passará e saberá isto melhor do que eu e não valerá a pena estar a referir aspetos que ele já referiu, mas há outro tipo de intervenção que este último parágrafo *"…de as bermas das vias nacionais que atravessam o Concelho de Palmela, mormente a supra referida, continuarem a aguardar…"* há alguma desmatação já em algumas vias, isso é feito. Agora, se calhar, precisamos claramente de ter uma atitude mais incisiva sobre este tipo de ação e sobre este tipo de desmatação que é necessário fazer-se junto às vias principais.

Era só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre estes temas em discussão alguma questão mais sobre as Recomendações?

Eu estou aqui com uma hesitação que já viram qual é? É, não se vota. Eu digo, a minha hesitação é porque admito que o espírito com que foram feitas fosse no sentido de serem propostas a votação, mas não encontro enquadramento para ele, isto é para a votação.

Srs. Membros da Bancada do PSD/CDS tinham outro entendimento quando apresentaram estes textos, esperavam que fosse votado quando apresentaram os textos?"

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos à frente, estão discutidas as questões.

Há mais alguma intervenção neste período antes da ordem do dia? Assuntos de outra natureza?

Muito bem, portanto, entramos nos temas diversos e tem a palavra a bancada do Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Boa noite, Sra. Presidente, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, público em geral, comunicação social.

Bom, gostaria só de trazer aqui um assunto que foi ontem inclusive abordado na Assembleia de Freguesia do Pinhal Novo e que tem a ver com um terreno que existe na rua Orlando Ribeiro que é utilizado, pelos moradores e pelos residentes, para estacionamento. Acontece que aquele terreno não tem grandes condições e, portanto, ontem na Assembleia questionou-se o Sr. Presidente da Junta sobre este tema, tendo recebido a informação de que seria um terreno particular e portanto não haveria grande evolução nesse sentido.

Aquilo que gostaria de questionar em relação a esse terreno, tendo em conta as dificuldades de estacionamento ali naquela zona do Pinhal Novo poder ser aproveitado para estacionamento, se existe algum projeto da Câmara nesse sentido em relação à utilização daquele terreno, se já foram efetuados alguns contactos, se inclusive aquele terreno está inserido num projeto de espaços verdes da freguesia. Portanto, era só esta questão que gostaria de trazer aqui o senhor presidente e disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Outras questões?

Sras. e Srs. Membros da Assembleia não havendo pedidos de outras bancadas continua o Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas de bancada, público, comunicação social, boa noite a todos.

Aquilo que eu pretendo transmitir aqui hoje, de facto, é a insegurança com que se vive aqui nalguns pontos da nossa Vila, e essa insegurança traduz-se em pequenos assaltos sistemáticos. Aqui a Escola Básica número um, Joaquim José de Carvalho, que tinha sido assaltada quase todos os dias desde há duas semanas a esta parte e que felizmente não vandalizam a escola, mas roubam equipamentos, alguns equipamentos desses são equipamentos uteis no dia-a-dia, que são extintores e outros mais, e a escola vive com este problema. A escola está ligada a uma empresa de segurança, a empresa é acionada através dos meios eletrónicos de deteção de intrusão da escola, depois quando chegam já tudo acabou, já não há ninguém e então volta tudo ao normal, isto é sistemático. Depois há uma queixa ou outra da parte da escola à GNR, quando vem a GNR é feita a participação, depois aquilo não dá nada, não se traduz em absolutamente nada.

Então o que é que acontece, eles inclusivamente, alguns extintores despejam os extintores ali no Fontanário, portanto, é uma coisa, ali quase a hora do dia, mal começa a noite começa aqui este vandalismo aqui nesta envolvente onde nós estamos, aqui nas traseiras. Acontece que também roubam, roubaram há dias aqui no largo de São João quase cem lâmpadas deste trabalho que a Humanitária fez aqui para os Santos Populares, foram ali levaram as lâmpadas todas, isto também quase a hora do dia, portanto isto tem sido sistematicamente este pequeno vandalismo, mas que é um vandalismo preocupante, e que afasta as pessoas deste largo de São João que é um largo nobre, é o ex-libris aqui, cartão de visita da nossa Vila de Palmela.

Aquilo que eu peço, efetivamente, é uma ajuda à Câmara Municipal ao Sr. Presidente da Câmara para que consigamos juntar esforços, da Junta e da Câmara Municipal, para que a GNR reforce a sua vigilância. O que se tem notado aqui muito ultimamente é que tem havido muito pouca vigilância, se essa vigilância for feita com eficácia nos tempos mortos em que as pessoas estão a dormir, naturalmente que se consegue dissuadir e se consegue resolver parte desses problemas, havendo uma vigilância forte consequente para evitar tanto

estas estas coisas. Dizer-vos desta minha grande preocupação e também junto à escola já neste aglomerado da Rádio Pal, que é propriedade da Câmara, há uma janela aberta totalmente aberta, uma porta quase totalmente devassada também já podem entrar por ali e então o que é que eles fazem entram para dentro das instalações, que é propriedade da Câmara, dali pulam para depois para a escola, para o pátio da escola. Apelo ao Sr. Presidente da Câmara para a Câmara diligenciar no sentido de mandar fazer o tamponamento dessas entradas a fim de evitar a entrada desse vandalismo para essa escola, deixar este meu apelo e uma grande preocupação minha e das pessoas que frequentam esta zona da nossa terra.

Muito obrigado."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:11 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras questões?

Tem agora a palavra o MIM, por favor."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite, Sra. Presidente, deixe que, na sua pessoa, cumprimente toda a Mesa, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, restantes Membros, comunicação social, público em geral.

Trarei aqui uma questão seis meses e oito dias depois. Sr. Presidente em relação à árvore que deveria ser abatida na Fonte de Aires, vinte de dezembro de dois mil e dezassete, foi quando nós, ou quando eu chamei à atenção em relação a essa situação, em que V.Exa., e passo a citar, disse: *"…aliás, já despachei isso há algum tempo, não sei se está na Divisão de Espaço Público ou se é da Proteção Civil que vai tentar ajudar…".* Passados seis meses e oito dias, a questão que eu coloco é se realmente essa árvore será abatida ou se realmente qual será a solução ou resolução desse problema.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem agora a palavra pela bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:14 horas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta sala, pedindo desculpas pelo ligeiro atraso mas estava numa reunião que tive que dar como terminada e era fora de Lisboa.

Antes de mais congratulamo-nos com os prémios recebidos pelas adegas deste concelho e por outras entidades, mormente empresas de fabrico de doces e outras, o que não desmente o que nós dizemos que Palmela merece mais.

Tinha aqui umas questões a levantar, que já era para ter levantado em Assembleia anterior, gostava que o Sr. Presidente, caso soubesse e pudesse dar a informação, nos informasse relativamente às Marquesas

havia ali junto à Autoeuropa está com traço contínuo amarelo. Não está terminada. Eu sei que as obras são da AUGI, mas uma vez que os processos das AUGI's tramitam na Câmara gostava de saber qual é a data do términus da obra.

Para além disso, recebi informação de que houve problemas, ou que haverá, com alguns munícipes (não sei se estão resolvidos), relativamente às caixas de ligação à rede. Disseram-me inclusive que a AUGI estaria a cobrar até preços diferentes. Sei que existiram requerimentos e reclamações para a Câmara e gostava que o Sr. Presidente esclarecesse o ponto da situação.

Outro ponto que gostava de ser esclarecida é relativamente aos depósitos da água que estão junto ao cemitério da Quinta do Anjo. Há algum avanço quanto à informação anterior, pergunto.

Relativamente às instalações da antiga SOCAR, na estrada nacional, até foi através da comunicação social que obtivemos a informação de que num dos imóveis onde parqueavam os carros para a Festa das Vindimas (quem faz os carros alegóricos) estaria a trabalhar e terão tido uma espécie de ordem de despejo repentina. Eu digo despejo, em sentido figurado, porque não existia um arrendamento, daí não podermos falar de despejo, mas existiu pelo menos, a intimação para abandonarem repentinamente as instalações.

Relativamente a essas instalações da Socar, gostava de saber se existe algum projeto em curso, o que se passa, o que está para ali projetado e se foi o proprietário que não quis ninguém nas instalações ou se existe em vias de aprovação algum projeto urbanístico ou algum licenciamento.

Aliás foi chamado aqui à atenção por diversas vezes pelo meu colega de bancada Colin Marques o abandono das instalações, vandalismo, portas e vidros partidos, situação que se mantém, daí querer saber.

Relativamente àquele prédio na Urbanização Portais da Arrábida em frente à papelaria Q-Tal e a outros que nunca obtiveram licenciamento, gostava de saber o que passa, face a reclamações que apresentámos, pois o problema mantém-se há mais de quinze anos e não está ainda resolvido

Gostaria também de saber se houve alguma evolução para a possível aquisição por parte da Câmara para a aquisição dos dois lotes confinantes com a EN379, para parque de estacionamento em frente à Casa Lima Fortuna (Arrabidine).

Quanto à escola de Cabanas, uma vez que as ervas também crescem a largo passo, temos a informação dada pelo Sr. Presidente que iria ser rescindido o contrato por incumprimento da empresa. Gostaríamos pois de saber pormenores quanto o lançamento do novo procedimento e início da obra.

Ainda quanto a edifícios degradados, aquele edifício em esqueleto junto dos serviços de urbanismo da Câmara, no documento de resposta que recebemos da parte da CMP e requerido há dois meses, não me parece, numa primeira leitura que esse prédio esteja contemplado nos esclarecimentos enviados, requerendo pois informação.

Relativamente à ADREPES, queríamos saber se há data previsível para a escritura, a tão famigerada escritura, e relativamente ao Palmela Village gostávamos de saber em que situação está o pagamento da água na urbanização, quem recolhe os resíduos e o que é que se passa novamente com o "fecho da entrada", isto até nos foi solicitado pelo nosso eleito na Freguesia.

Congratulo-me com a reparação de algumas luminárias que já estavam apagadas há longo do tempo, inclusive na rua João Vaz Corte Real que finalmente estão reparadas. No entanto há uma que já está para aí também quase há um ano que eu na altura não dei nota e que darei proximamente até porque como normalmente venho à noite de Lisboa há sempre luminárias fundidas.

Gostava de saber relativamente à questão dos estacionamentos nos Portais da Arrábida qual é a evolução dos estudos e as reuniões que a Câmara efetuou e a Junta de Freguesia também, e lamento muito que dizer e esta parte é a negativa, que se bem me lembro, na questão da empreitada para a pintura da sinalização horizontal, há mais de um ano, quando questionado, o Sr. Presidente disse que a empreitada estava em curso. Mas, Sr. Presidente a Urbanização dos Portais da Arrábida a empreitada e os trabalhos não chegaram pois está tudo igual. Gostava pois de saber quando é que essa pintura das passadeiras e sinalização horizontal está programada. Eu sei que o dinheiro não chega para tudo, mas queremos ter a informação da organização desse trabalho.

Na questão do cumprimento dos protocolos, agora acordos de execução, do corte das ervas eu, por acaso, mandei há pouco tempo, embora já tivesse advertido verbalmente, ali aquele que nós chamamos de "Jardim das Oliveiras" que é um lote. Eu dou aquela como exemplo, mas há muitos, propriedade da Câmara onde não estão a ser cortadas as ervas e não é só cortar, pois há casos em que aplicam o herbicida e ficam lá os montes com as ervas secas cortadas durante largo período. É preciso pois organizar esse trabalho na base do "protocolo" com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Na questão do "Jardim das Oliveiras" na Urbanização Portais da Arrábida, não sei se atualmente pertence ao protocolo com a Junta de Freguesia, mas está uma lástima e gostava de saber quando vai ser cortado o mato pois estamos na época de incêndios e também nas bermas da EN379 apresentando perigo, ou estamos à espera da Festa das Vindimas para o trabalho ser feito bem podemos esperar sentados.

Para já é o que me apraz dizer.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia mais intervenções?

Não havendo mantenho a palavra na bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta tem a palavra."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite Sra. Presidente, em nome da senhora cumprimento todos os presentes e apresento as minhas desculpas pelo meu atraso, mas o trânsito está cada vez pior de Lisboa até aqui.

Sr. Presidente Álvaro Amaro, eu tenho aqui quatro pontos para apresentar vou pedir-lhe um bocadinho de paciência porque vou tentar ser o mais breve possível, sem ser muito pormenorizada, porque temos muitos pontos na agenda hoje e ver se tentamos, também, consumir aqui menos tempo possível nesta fase inicial.

O primeiro ponto é sobre a zona de largada e recolha de alunos junto à Escola Secundária de Pinhal Novo.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe, não percebi, peço desculpa."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A zona de recolha de alunos junto à Escola Secundária de Pinhal Novo. Foi criada uma zona onde as pessoas devem os carros podem entrar, porque é fora da estrada como é lógico, o que é que acontece como aquela zona que ainda tem alguns metros, como é de pressupor, tem um lancil que faz no fundo extremo com estrada e tem um lancil bastante alto, significa que os carros que primeiro chegaram mas que os alunos entretanto não chegaram ainda para apanhar, digamos, as pessoas que os vão buscar para entrar nos carros, vão obrigar todos os outros que estão naquele funil a ficar ali atrás à espera que todos os meninos cheguem aos carros que estão mais à frente.

Qual é a alternativa? É fazer como eu já fiz, e raspar o carro por baixo, que é saltar aquele lancil que ainda é bastante alto e fazendo uma infração ao trânsito para voltarmos à estrada. A minha sugestão e pergunta, caso fosse possível, é se, de facto, aquele lancil que no fundo faz a estremadura entre a zona de pegada e largada de alunos e a estrada pode ser rebaixado um pouco mantendo a sua função à mesma mas os carros acabam por conseguir voltar à estrada e seguir a sua marcha normalmente.

Em segundo lugar, é sobre as condições de sinalização e segurança na saída do viaduto da rua António Sérgio. Ora bem, como os senhores sabem para ir para a lavagem automática, que está no início para quem

vem de uma zona a meio digamos assim, nós tínhamos um traço contínuo que significava que quando os carros iam à lavagem automática e queriam novamente ir para a via tinham que ir fazer uma volta para voltar novamente a via ou então fazer uma infração trânsito em relação ao seu traço contínuo. Foram retirados três pinos que faziam aquela segurança ali e foram colocados traços descontínuos de um lado e do outro lado desse traço traço contínuo sendo que agora quem vai lavar o carro pode fazer ali a inversão de marcha e voltar ao viaduto e vice-versa. Acontece que, de facto, o espaço para fazer ali a inversão de marcha vai ocupar o espaço de estacionamento das vivendas que ali estão, ou seja acaba por se tornar muito complicado fazer ali a inversão de marcha e algo até na minha perspetiva que que causa pouca segurança. Era importante, se calhar, nós termos aqui na Assembleia a possibilidade de mostrar fotografias deste tipo de coisas, porque eu neste momento sinto que estou a verbalizar algo que a maior parte dos senhores que não passam ali diariamente não conseguem ver mentalmente, digamos assim. Pronto, a questão depois também é outra e defrontei-me com ela a primeira vez curiosamente este ano nas nossas festas de Pinhal Novo, como vivo naquela rua sempre que lá fui, fui a pé e o que é que acontece? Quando nós descemos o viaduto que vem vindo da Loja do Cidadão de Pinhal Novo, vindo do Mercado Municipal, se nós descermos o viaduto pelo lado da lavagem automática um peão chega à lavagem automática e simplesmente acabou o passeio, não há passeio, há uma coisinha estreitinha para aí de setenta centímetros, não chega a um metro, de terra batida e depois lá à frente deixa mesmo de haver passeio e não há uma passadeira. Então quem desce do viaduto e chega ali o que é que faz? Atravessa o viaduto, fica à espera de ver se há carros de um lado e carros do outro, mas não há nada que proteja a pessoa, não há uma passadeira, não há um passeio para que a pessoa possa continuar a sua marcha. No lado contrário, as pessoas entram no passeio que já está em frente às vivendas, portanto, do lado contrário há passeio, mas daquele lado não há passeio. Eu compreendo que possivelmente são terrenos que não são públicos, são terrenos privados, mas honestamente acho que devemos fazer alguma coisa para tornar aquela zona uma zona pedonal segura, inclusivamente para as pessoas que passam ali em corrida e a fazer desporto, etc., mas sobretudo os peões.

Também neste périplo, eu apercebi-me de algo que nunca me tinha apercebido e honestamente fiquei mesmo muito preocupada que é o seguinte: o nosso viaduto da rua António Sérgio tem limitações e tem uma zona inclusivamente para proteger o som das vivendas que estão ali de lado onde existe inclusivamente tapumes transparentes para que esse som dos carros ali a passar diminua. Mas a questão fundamental é que o muro que no fundo faz o ladeamento do viaduto chega a um ponto em que é mesmo muito baixinho e se nós espreitarmos para o outro lado até certo momento existe, de facto, uma estrutura em ferro, olhe não sei não sou engenheira de obras, que é uma espécie de uma gradeação, de uma rede, que alguma criança que assome, ou que espreite, cai em cima da rede e não cá em cima da linha, mas essa rede não acompanha resto do viaduto. Essa rede há uma parte do viaduto ainda com os bons metros até lá ao fundo, que vai dar diretamente ao comboio, vai dar diretamente às linhas, em que se alguém cair dali, simplesmente adeus, não há hipótese alguma. Claro que, isto foi uma obra pensada pela engenharia, mas também é verdade que nós se pudermos prevenir algumas questões o devemos fazer, porque nós estamos aqui para proteger a população, portanto, não sei concretamente quem é a responsabilidade, de certeza que não é da autarquia absolutamente, mas a autarquia poderá ter um papel interventor nesta questão e aconselho os senhores por favor a que verifiquem e vejam, vão a pé, façam o trajeto a pé e vejam, se de facto, não se sentem inseguros porque sente-se insegurança ali.

E finalmente queria falar sobre as instalações da CPCJ de Palmela, como os senhores sabem são no Pinhal Novo, esta terça-feira nós tivemos a terceira reunião alargada da CPCJ e eu sou uma das três representantes da Assembleia Municipal. Sabemos que as obras de beneficiação das instalações foram adiadas para o novo orçamento e a pergunta que fica é, nós estávamos dezasseis pessoas numa sala quase sentados em cima da mesa sem ar condicionado e mesmo para receber ali pais de crianças e as problemáticas que se passa na CPCJ, de facto, nós não temos as melhores instalações do mundo. As situações que lá aparecem já são deprimentes, já são decadentes, já são problemáticas complicadas e não há nem sequer uma sala de psicoterapia, ou psicologia, onde o psicólogo clínico possa desenvolver a sua atividade. A minha pergunta, para além das obras de beneficiação é, e muito honestamente, se realmente nós não conseguimos uma estrutura no concelho, quer seja manter Pinhal Novo, porque tem muitas boas condições de transportes, ou podendo ser inclusivamente Palmela, mas instalações para onde nós pudéssemos transferir a CPCJ para aquilo que eu considero condições dignas. Para os que não conhecem a

CPCJ está instalada no rés-do-chão, no fundo é um apartamento, onde à medida das possibilidades foi sendo transformado para poder ter salas de reuniões, etc., mas, de facto, não sinto e nem vejo que estejam reunidas ali as condições para a CPCJ desenvolver o trabalho que desenvolve, nomeadamente com os casos que tem que observar.

Muito obrigada, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, pediu a palavra o Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira do Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

Uma questão muito concreta, Sr. Presidente, relacionada com mobilidade. Quero falar-lhe ou quero questiona-lo sobre o comboio da Ponte. Como sabem a concessão de transportes da AML – Área Metropolitana de Lisboa terminará em dois mil e dezanove e a decisão terá de ser tomada até ao final deste ano. Como sabe o comboio da Ponte é gerido por uma empresa privada ou seja é uma parceria público-privada entre o Estado e uma empresa privada, que é a Barraqueiro, detida pelo empresário Humberto Pedrosa, que tem sido uma parceria extremamente danosa para o Estado porque além desta empresa arrecadar milhares senão milhões de euros ainda pede ao Estado, constantemente, indemnizações compensatórias pelo serviço prestado.

Sendo o senhor Membro do Conselho Metropolitano desta Área Metropolitana de Lisboa, eu gostaria de saber muito concretamente qual é a sua posição para a próxima concessão do comboio, que começará como já disse em dois mil e dezanove. A nossa posição é que deveria tornar-se de novo público, ou seja, que fosse a empresa Comboios de Portugal – CP, de novo, e aliás as máquinas, os comboios são propriedade da CP, e achamos que a gestão desta linha ou deste serviço deveria ser de novo feito pela CP, o que levará a que os serviços tenham uma maior qualidade e claro por consequência sejam mais acessíveis e baratos aos utilizadores.

Muito obrigado Sra. Presidente, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia mais intervenções neste período?

Vou então passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:35 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente e agradeço também as questões apresentadas pelas Sras. e Srs. Membros da Assembleia.

No que diz respeito à questão suscitada pela Sra. Membro da Assembleia Patrícia Caixinha, clarificar e dar-lhe esta boa nova. O terreno a que se refere tinha dois proprietários, tinha um proprietário município numa faixa triangular confinante com o loteamento denominado urbanização Nogueira e Matos, fruto de uma cedência para o domínio público, e o restante triangulo, para fazer aquele retângulo, pertencia a um privado

e em boa hora o município ao fim de quatro anos, sensivelmente, conseguiu contratualizar e comprar todo o terreno que já é municipal. Por outro lado se consultar o nosso plano e orçamento poderá verificar que temos uma pequena verba para este ano e outra pequena verba para o próximo ano que se destina à elaboração de projeto, quando soubermos o valor da obra, o que ali vamos fazer é, de facto, um parque de estacionamento que, aliás, se integra no desenho urbano que temos de ligação depois também às traseiras daqueles prédios e ao futuro Parque Verde Urbano, mas para já é um parque de estacionamento devidamente cuidado, mas a boa nova é que o terreno já é nosso, penso que desde o final do ano passado sensivelmente.

Sobre a questão suscitada pelo Sr. Presidente da Junta, Jorge Mares, nós partilhamos as mesmas preocupações, quer aquelas que sinalizou quer outras com as quais tomamos contacto diariamente quando chegamos a Palmela, também aos Paços do Concelho e na envolvente. Sem dúvida que nos compete sensibilizar e apelar a um patrulhamento destas zonas, um patrulhamento mais frequente por parte da GNR, e posso dizer-lhe que o município já o fez, espero que a Junta de Freguesia também o tenha feito. Creio que o assunto merece também outra reflexão até porque em tempos havia a figura de guardas-noturnos, os guardas-noturnos podem candidatar-se e há área para a atribuição da licença de guarda-noturno para algumas zonas. Quanto à questão dos vãos que estejam abertos em edifícios que sejam municipais procuraremos entaipa-los o mais depressa possível, infelizmente passamos o nosso tempo a entaipar edifícios de particulares e às vezes os nossos ficam para trás, porque também temos reclamações de munícipes, etc. Mesmo hoje ao passar por um local no Pinhal Novo constatava que as nossas brigadas, alterando um bocadinho a prioridade, mas, se calhar por causa da pressão de outras questões de segurança, tinha estado também a entaipar algo que eu não pensei que fosse feito tão depressa, às vezes surpreendem-me os serviços mas é bom sinal. Esperaremos intervir ali até porque temos candidatura para aquele edifício, temos projeto aprovado, temos especialidades também já aprovadas, portanto, em breve lançaremos o concurso para aquele edifício, mas ainda assim há-de ser entaipado antes disso.

Sr. Membro da Assembleia Mário Rui, do MIM, árvore abatida na Fonte Aires, ela efetivamente não foi abatida porque a análise técnica aponta, do ponto de vista da patologia existente na Fonte de Aires, que o seu corte pode ser contraproducente, nomeadamente a toiça e o raizame, porque se o problema são as raízes que estão a fazer estalar a parte da Fonte. Cortá-la pura e simplesmente, e depois extrair o raizame, vamos certamente partir o fontanário todo, depois será reconstruir. Os nossos técnicos entenderam que o corte podia ser contraproducente até porque quando se corta uma árvore, e em particular o plátano e eu sei do que estou a falar, ele rebenta ainda com muito mais força e na raiz pode provocar outros danos ao Fontanário, ao Chafariz, os nossos técnicos estão a estudar uma outra solução que pode passar pelo corte e pela destruição da raiz até através de outra maquinaria ou através de um produto e foi isso que levou a que o corte não fosse efetuado tão rapidamente e, portanto, nem lhe consigo afirmar, neste momento, se a solução será o corte, porque estamos a estudar outra solução, Aliás temos cortado muitas árvores, algumas até que me custam muito cortar, mas essa já podia ter ido abaixo mas, de facto, é esta a explicação para não diria o recuo, mas, pelo menos parar um bocadinho para pensar noutra solução.

Quanto às questões da Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, traço amarelo, circular norte, obviamente, a sinalização que está lá utilizada é uma sinalização regulamentar quando uma via está em obra não tem a sinalização definitiva, porquê? Porque falta-lhe a camada de desgaste que há de ser uma última camada de betuminoso. E é bom que a última camada de desgaste em vias que foram objeto de abertura de grandes valas para colocação de sistemas de drenagem, aguardem alguns tempos. A gente às vezes chateia-se houve aqui uma rotura, está aqui um buraquinho não taparam isto logo na semana seguinte, às vezes é bom que passe não quinze dias, mas quase um mês, porque aquilo demora algum tempo a consolidar e a prova é que ao passarmos por lá, eu sei quantos meses passaram, eu passo lá quase todos os dias também, que, de facto, nota-se já alguns abatimentos. Não lhe consigo dizer quando é que a obra termina, quer nesse ponto, quer noutros pontos que estão a ser feitos, até porque há questões em obra que ao serem vistoriadas e não estando executadas nas devidas condições técnicas o nosso fiscal que acompanha as obras daquela urbanização (porque já começa a parecer uma urbanização mas é uma AUGI que está a fazer obras de urbanização), obviamente não valida algumas soluções e aquilo implica voltar a fazer e a fazer bem. É normal que ainda demore mais uns três ou quatro meses no que diz respeito a essa intervenção.

Quanto às caixas a que se refere de ligação à rede para isso está mais que esclarecido, aliás, está esclarecido desde o dia em que respondemos às pessoas, a solução encontrada para alguns arruamentos, porque quem faz arruamentos depois de já lá ter coisas construídas como deve calcular não é fácil e a solução encontrada, e foi aqui devidamente explicada em reuniões de Câmara, enfim, isso já deu a volta ao mundo em tantas coisas mas isso agora não vem ao caso, é só para lhe dizer que a solução está nos regulamentos e é possível uma caixa dupla ou melhor uma única caixa para dois lotes e que, de facto, há pessoas que já estão construídas que não deviam estar, isto é que é giro quem prevarica depois vitimiza-se, que por estarem mais dentro, ou mais longe ou mais à ponta do lote, em vez de respeitarem a planta síntese com os polígonos de implantação vão ter de fazer prolongamentos. O esgoto não está ali à porta da casa de banho deles, o esgoto tem de estar na via pública em determinado local onde tecnicamente é possível ligar, lá dentro do lote a rede predial, os prolongamentos, ou se quiser como alguns exigiram *"não, não, mas eu quero um ramal próprio só para mim"* é evidente que a AUGI, o empreiteiro, enfim são lá questões internas da AUGI, terão faturado isso ou debitado isso às pessoas, até já recebemos denúncias que foi sem fatura, etc., a Câmara não tem nada a ver com isso, a Câmara aprova as obras de urbanização e as soluções técnicas para o espaço, para as infraestruturas que depois são públicas porque nós vamos ter a responsabilidade de as receber, a responsabilidade de as conservar, de as manter e, portanto, a explicação é esta. Este assunto para nós está esclarecido há mais de um ano, aliás penso que isso foi devidamente esclarecido.

Depósitos de água junto ao cemitério, todos estes processos são processos muito delicados para não haver falhas processuais, já fizemos várias notificações, está prevista uma nova vistoria em julho e já comunicámos à Pelicano que vamos acionar as garantias porque, primeiro, durante anos havia um litígio entre a Pelicano e a empresa que construiu o reservatório, depois isso andou em tribunal, tivemos que esperar pelo resultado em tribunal, agora se já há decisão judicial e se já sabemos a quem é que compete fazer o quê, nós consideramos que há aspetos do reservatório que não estão em condições, não vamos receber uma coisa mal feita, há aspetos que estão incompletos, há ainda todo o equipamento eletromecânico e outras questões que têm que ser montadas e nós notificamos a Pelicano para a necessidade de fazermos uma nova vistoria e depois acionarmos as garantias bancárias também para isso. Estes processos naturalmente demoram Sras. e Srs. Membros da Assembleia, e não há outra forma de o fazer é impossível fazer tudo ao mesmo tempo. Nós, neste momento, ainda estamos a tratar de uma coisa que tomámos posse administrativa que é o outro segundo furo que ainda vamos pôr a trabalhar, segundo que já é o terceiro ou quarto do Palmela Village, portanto, isto são processos que depois tem de se fazer novos projetos, porque, entretanto, o equipamento já não é aquele, estamos a falar de coisas com dez anos ou mais, já há outra tecnologia, mais, nesse caso tem mais, tem toda a razão e portanto, temos que voltar a fazer projetos etc., e só podemos acionar a garantia quando tivermos os projetos e o caderno de encargos, que é para não fazermos coisas e ir buscar dinheiro aos bancos para enfim, não estarmos a fazer a mais ou menos do que aquilo que compete fazer. Portanto, estamos a trabalhar nesse assunto, estamos muito preocupados, queremos meter aquela célula a funcionar, aliás nós temos aí mais dois ou três furos até previstos para fazer mas, neste momento, o grande desafio para as entidades gestoras da água é criar reservatórios, bombar às horas mais baratas e criar reservas e portanto temos todo o interesse em ter aquele reservatório que não é para a Pelicano, entenda-se, já nem se fala em Pelicano que aquilo já ardeu tudo, não é para o Palmela Village, é para o concelho, portanto, estamos a trabalhar nesse assunto.

A antiga SOCAR foi vendida, os atuais donos, enfim, o acordo que havia era com os anteriores mas foi vendida não conheço pormenores e também penso que há pouco a dizer sobre esta matéria são questões entre privados. Quanto ao espaço estar danificado, ou não, vamos tomar nota e vou pedir ao Sr. Vereador, neste caso também da área da fiscalização mas também da área do Urbanismo, dado que a Sra. Vereadora está de férias, eu farei com que a comissão de vistorias vistorie para que seja notificado para entaipar também e evitar a intrusão.

Prédio da urbanização Portais da Arrábida sem licenciamento, eu não tenho aqui agora algumas informações mas estes processos, também, creia que não é fácil mandar abaixo coisas que podem ser reabilitadas, coisas que ainda estão em litígios em tribunal, coisas que estão com administradores de insolvência, enfim, são processos também delicados, mas eu agora sobre este em concreto não tenho pormenores portanto não vou fazer mais comentários.

Parque de estacionamento, ajude-me, falou do parque de estacionamento de…, ah! sim, sim, olhe mesmo hoje tenho nota de mais uma iniciativa do nosso representante, que é um advogado, mas o banco hoje já sabe que já está a trabalhar com o município porque já falámos, já trocámos correspondência e, portanto, as situações continuam presas ao nível de quem gere esse património ao nível central dessa entidade bancária. Como sabe as entidades bancárias têm esses ditos ativos e, obviamente, aquilo já esteve à venda por vários preços, o Sr. Presidente da Junta telefona e diz *"olha agora está a x, agora está a y"*, mas nós já fizemos a oferta que é justa e que é acima até de preços que já teve, mas eles estão com alguma dificuldade em conseguir, até porque têm que prestar contas ao Banco de Portugal, foi essa a explicação que nos foi dada, se calhar, porque tinham hipoteca muito elevada sobre aquele terreno não sei, vender aquilo pelo preço da avaliação que fizemos e, portanto, não fecharam a porta mas continuam com dificuldades em decidir, para nós a escritura faz-se de um dia para o outro.

Escola de Cabanas já houve rescisão, já houve notificação, prazos legais e lançaremos o procedimento para a obra até porque já fiz também a autorização do estorno do cabimento, faremos novo cabimento e lançamento da empreitada no início do mês de julho, portanto durante a próxima semana teremos de novo a obra lançada.

ADREPES, data da escritura, penso que se quer referir à ADREPAL, portanto temos até final do ano para tratar do assunto e temos sobretudo que discutir outras hipóteses que estarão em cima da mesa e que oportunamente também lhe darei informações sobre este processo.

Palmela Village, pagamento de água, já ultrapassou os duzentos contratos feitos, o prazo termina no dia vinte e quatro de julho para que todos aqueles que são detentores de ligações façam os respetivos contratos, quando terminar este prazo faremos o corte nos ramais. Aliás acabámos, também, de contratualizar mais uma empreitada para serviços dessa natureza porque, enfim, as nossas brigadas andam a acudir a outras questões, como por exemplo recebi agora a mensagem que acabámos a esta hora de montar uma nova bomba num furo que queimou ontem, os nossos trabalhadores têm sido inexcedíveis para que não se sinta problemas na água em vários pontos do concelho. Resíduos e saneamento, não é nada com o município porque isso não faz parte do contrato que temos com a Associação de Moradores que hoje está a gerir o *resort*. O fecho da entrada desconheço, sei é que continua a haver um controlo apertado e fará todo o sentido, mas também em tempo já tivemos oportunidade de dizer que efetivamente em termos de dominialidade aquele caminho não é público, não é municipal, e o acordo que havia era ir deixando passar as pessoas que venham por bem, como se costuma dizer, mas eu não tenho conhecimento de conflitos nos últimos tempos.

Estacionamentos nos Portais da Arrábida, permita-me uma nota de enquadramento e mesmo hoje via uma proposta de resposta a uma reclamação simpática e com postura construtiva de uma munícipe dos Portais. Em primeiro lugar dizer que o estacionamento está de acordo com o alvará de loteamento, acontece que em mais de cinquenta por cento daquela urbanização, que tem moradias, as pessoas não metem o carro no lugar de estacionamento que está no alvará que é dentro do seu lote, mas quero dizer-lhe que ao fim de três reuniões muito produtivas, muito participadas, encontrámos uma solução de alterações de sentidos e também de criação de pequenas bolsas de estacionamento onde o espaço público o permite e que isso foi consensualizado há cerca de uma semana, não foi Sr. Vice Presidente?, com moradores na segunda reunião que houve sobre a matéria, a solução agradou e estamos a implementá-la, estamos ainda no Bairro Alentejano a fazer as tais alterações, porque isto não é chegar lá num dia e não se consegue mudar os sinais todos ao mesmo tempo, aquilo faz uma grande confusão, tem de haver ali um plano. Portanto, vamos alterar os sentidos e vamos com a sinalização horizontal marcar os lugares de estacionamento nalgumas zonas onde fazemos sentido único e conseguimos marcar um dos lados a via.

Aproveitando para falar na sinalização horizontal a empreitada está a decorrer, tem de vez em quando estas urgências, ora está nas passadeiras, ora vai das passadeiras para a pintura dos estacionamentos, mas está a decorrer e qualquer dia está esgotada, mas estão previstas, naturalmente, mais intervenções, mas as intervenções também já me chamaram a atenção noutro sitio *"ah! pintaram umas não pintaram outras"*, porque, de facto, não estão todas em mau estado não é, mas lá chegaremos não lhe sei agora dizer qual, mas se houver alguma via que esteja muito necessitada de reforço dessa sinalização, se nos indicarem depois, ou se mandarem mail, nós temos todo o gosto em integrar na lista porque há até uma tabela própria para o efeito dos pedidos, sejam dos munícipes sejam as observações técnicas dos nossos serviços.

O corte das ervas no Jardim das Oliveiras não diz respeito aos protocolos mas a Junta tem-lo feito e bem, e sei que vai fazê-lo esta semana, e já hoje esteve a fazer uma intervenção também que não lhe competia, mas que é para o bem comum, como se diz, e de utilidade pública, e está lá a chegar porque esteve no cruzamento da Gil Eanes, junto à linha de água. E disse-me o Sr. Presidente ainda há pouco que estava a fazer esse trabalho e que iria passar para o Jardim das Oliveiras. Portanto, esta questão dos cortes de ervas e fenos em terrenos de cedência ao domínio público ou privado municipal não compete às Juntas que, pontualmente, o vão fazendo quando acordam com o Município outro tipo de trabalhos e contrapartidas.

Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta, zona de recolha de alunos na escola secundária do Pinhal Novo. Em primeiro lugar esclarecer que aquela obra foi executada pela Câmara em substituição da Parque Escolar, foi logo nos primeiros meses do meu primeiro ano de mandato enquanto Presidente, mas de acordo com um projeto da Parque Escolar. O que temos visto com a escola não é retirar aquele lancil, porque aquele lancil se for tudo retirado voltamos a ter um parque de estacionamento fixo e a GNR vai dizer que não vai lá estar vinte e quatro horas por dia, seja de camiões, seja de ligeiros. Agora parece-me bem e os nossos serviços têm indicação disso, até para fazer um lugar para deficientes próximo da escola que estava previsto ser feito do outro lado da estrada junto à passadeira, num passeio bastante generoso, mas há um pequeno estudo que foi validado, e penso que terá sido também aceite pela escola, que retira parte do lancil, permite que o estacionamento de deficiente fique encostado ao passeio mais próximo do portão e que haja ali menos espaço de lancil para as pessoas poderem escapar. Aquilo tecnicamente não é mal feito, o problema enfim, e é impossível ter uma caixa de espera se calhar para quase uma centena de veículos sobretudo nos dias em que chove para cada um chegar lá e fazer a entrada e a saída, mas percebo a questão e estamos a procurar uma solução até que visa responder a este problema, mas também à questão de proporcionar um parqueamento para cidadãos com mobilidade reduzida.

A sinalização à saída do viaduto da António Sérgio, Sra. Membro da Assembleia não foram retirados três pinos, foram derrubados, ainda não conseguimos foi recolocá-los e, de facto, a opção de sinalização por questões de segurança e normas técnicas da Direção Geral de Viação é não permitir ali a inversão de marcha, é irem à praceta Ferreira da Costa. Precisamente por isso é que foram lá colocados os pinos, por acaso até durou mais tempo do que eu estava à espera e toda a gente dizia *"ah aquilo não vai funcionar, vão partir aquilo tudo"*. Olhe já lá está, pelo menos desde dois mil e catorze, já passaram quatro anitos, mas creia que qualquer outra solução ali faz perigar e, portanto, o que eu creio que os nossos serviços terão de fazer é adquirir uns pinos idênticos e eu sei que não há, há de metal e aqueles não podem ser de metal, são três efetivamente e é recolocá-los para evitar aquela tendência de inverter a marcha porque de um momento para o outro pode haver ali um acidente grave.

O passeio e a passadeira como diz, de facto, estava previsto para ali um loteamento que não avançou e esse loteamento naturalmente teria de recuar, teria de, enfim, fazer cedências para o domínio público. Aquele não é um passeio que cumpra a lei das acessibilidades, nem tinha de cumprir pois é a lei anterior ao decreto de dois mil e seis, assim como não se cumpre no Bairro Alto, no Centro Histórico de Lisboa, de Guimarães, ou de outras cidades e vilas e aldeias de Portugal. Mas, já agora, também, dar aqui uma ideia porque às vezes quando se fala no percurso contínuo acessível, ele não tem de ser de ambos os lados. Quando há um alternativa no lado contrário é considerado que existe a acessibilidade, independentemente de haver a passadeira ou não, mas também já uma vez nos colocaram a hipótese de haver uma passadeira, mas como deve calcular uma passadeira à descida do viaduto pode ser uma ratoeira, pode ser um convite para alguns acidentes e, portanto, olhe quem me dera a mim que houvesse dinâmica urbanística para fazerem ali uma coisa que já anunciaram, muito bonita, ficaríamos com aquele espaço limpo, amplo, construído, com equipamentos, com espaços de lazer mas, por enquanto, ainda não apareceu o investidor certo para o efeito. Da questão do muro, aquilo é uma opção de viaduto tipo que a REFER fez há muitos anos, vamos procurar avaliar o perigo e fazer chegar à REFER para ver se há alguma solução.

Instalações da CPCJ, olhe o que eu gostava é que a CPCJ tivesse instalações próprias e que nós pudéssemos utilizar aquele apartamento como um outro que temos ao lado para outros fins, nomeadamente para habitação social cujo concurso vamos lançar no último trimestre deste ano e gostávamos de pôr mais esses dois apartamentos, porque temos lá um apartamento ao lado. Agora também não são instalações que estejam degradadas, eu não conheço o projeto que existe para a remodelação, a questão do ar condicionado e de outras coisas sei que estamos a tratar disso, agora o projeto eu creio que de momento

não temos condições para oferecer nenhum equipamento desta natureza à CPCJ, mas gostávamos de ter ajuda da parte do Estado Central para fazer, quem sabe, qualquer dia. Julgados de Paz feitos pelo Estado e pelas Autarquias aqui somos nós que pagamos, CPCJ como se fossem pequenos tribunais de menores, mas, por enquanto, é aquilo que temos mas procuraremos melhorar.

Caro Membro da Assembleia Carlos de Oliveira sobre a questão da concessão da FERTAGUS, quero em primeiro lugar informá-lo, não sei se tem conhecimento, mas eu sou um dos subscritores para que a concessão da FERTAGUS seja resgatada e possa ser dada possibilidade à sua integração na CP. Depois dizer-lhe que no Conselho Metropolitano mesmo hoje voltámos a analisar as questões do futuro concurso das concessões, que o que está em cima da mesa é sobretudo o transporte rodoviário. É esse grande concurso que está a ser preparado, mas é um facto que estamos a discutir a possibilidade da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa ter também a ferrovia na exploração, mas não na infraestrutura, ou seja, não queremos Infraestruturas de Portugal/REFER, não queremos as estradas, não queremos as linhas do Caminho de Ferro mas a exploração do transporte. E aí isto é mais difícil porque, como sabe, o Conselho Metropolitano é composto por dezoito municípios, de diversas forças políticas, e este é um assunto que na minha perspetiva, infelizmente, ainda não colhe consenso mas eu estou do lado daqueles que acho que sendo dada à CP as mesmas condições que foram dadas à FERTAGUS, que é um contrato leonino como o senhor bem disse porque recebe sempre, transporte cinquenta milhões de passageiros, ou não, recebe sempre, até é daqueles negócios que não vale a pena atingir o objetivo, porque se eu não atingir o objetivo pagam-me na mesma, pois, é que nós gostávamos que atingissem o objetivo. Devo dizer-lhe que, também, hoje, no Conselho Metropolitano, fizemos chegar no âmbito de várias propostas para o vinte/trinta, para as questões de infraestruturas, enfim, de vias, de transportes e outras no nosso concelho a tese de que é importante haver possibilidade de extensão da linha e fazer na zona de Pinhal Novo a manobra, vamos chamar agora da FERTAGUS mas pronto dos comboios desse eixo, que permita na zona do Pinhal Novo fazer a duplicação do número de carruagens, tal como fazem hoje na Penalva, e essa proposta está lá feita pelo Município de Palmela e fizemo-la de novo, já tínhamos defendido isso há anos, agora porque estamos na fase de recensear na Área Metropolitana de Lisboa estas questões. A próxima concessão é certamente sobre transportes rodoviários, mas é verdade que está em cima da mesa a discussão de haver esta Autoridade Metropolitana com uma marca própria independentemente da tipologia do transporte, mas tudo isto também dependerá do financiamento do sistema e é isso que está a ser também discutido entre o Conselho Metropolitano e o Ministro da tutela, porque esta questão dos transportes sem ter financiamento público do Estado, sem conseguirmos afetar, por exemplo, verbas, não é criar novos impostos para as pessoas, é nos impostos que ela já pagam haver, de facto, uma percentagem que não seja pagar as "PPP" ou as concessões, mas que seja para financiar o transporte público, dado que as portagens desincentivam as pessoas de entrarem em determinado sítios, dado que o aumento dos combustíveis também desincentiva e bem, na minha perspetiva, o uso do transporte individual, mas que esse dinheiro, parte dele, seja investido no transporte público coletivo e com um passe social intermodal a um preço, enfim eu já não já não vou tão longe como o Medina, trinta euros, eu acho que o ideal é estar ali à volta dos quarenta e certamente haveria muito mais gente a usar transportes públicos como noutras metrópoles europeias, Barcelona, etc., etc.

Sra. Presidente, procurei esclarecer alguns aspetos nesta minha longa intervenção mas o conjunto de questões também foi extenso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão mais neste período de Antes da Ordem do Dia?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, já agora se me permite, é só para dizer que a questão da torneira em Cabanas acho que foi arranjada agora, não sei se temos pessoal fora de horas mas olhe ainda bem que se fala no assunto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Pronto, então Sr. Presidente, quiser continuar com o primeiro ponto."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Os meses de abril e maio foram marcados, a nível interno, pelo profundo trabalho de preparação da organização para responder às exigências do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Da sensibilização e formação das equipas face a este novo paradigma à inventariação de todas as operações de tratamento de dados levadas a cabo pelos diversos serviços do Município, passando pela adequação de procedimentos, bem como pela adaptação de formulários e de outros veículos de comunicação com os nossos diversos interlocutores, este foi um grande empreendimento, que abrangeu, transversalmente, toda a organização.

É, também, neste período que se verifica a entrada em funcionamento do serviço *online* que permite que as/os empresárias/os efetuem pedidos de informação prévia para operações urbanísticas, através da plataforma Balcão do Empreendedor. Trata-se de um projeto-piloto, desenvolvido em parceria com a Agência para a Modernização Administrativa, que faz de Palmela o primeiro Município do país a disponibilizar serviços digitais relativos ao Controlo Prévio Urbanístico através deste Balcão.

Num mundo cada vez mais digital, a cibersegurança está, também, na ordem do dia e o Município continua a apostar na defesa contra as ameaças, que continuam a surgir todos os dias e a assumir formas cada vez mais criativas e perigosas. A sensibilização e preparação das equipas para a identificação de riscos e a assunção de uma cultura de segurança são passos determinantes para diminuir os riscos, pelo que, em parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança, promovemos, em maio, quatro sessões sobre o tema, que contaram com forte participação.

A participação foi, também ela, um tema em destaque no período a que reporta o presente relatório, com a primeira fase do processo "Eu Participo!" dois mil e dezoito. Realizaram-se cinco assembleias – uma em cada freguesia – para apresentação do processo e recolha de contributos, tendo a entrega de inquéritos decorrido até trinta e um de maio. Também o "Eu Participo!" – Trabalhadoras/es Municipais teve a sua primeira fase em abril, com a realização de duas assembleias, uma em Palmela e outra em Pinhal Novo.

Em maio, demos início à implementação, numa fase experimental, do projeto "Mexa-se bem no trabalho". Trata-se do primeiro projeto resultante da "Caixa de Ideias" a ser concretizado, para já, com ações presenciais junto de três unidades orgânicas e uma campanha de apresentação e sensibilização já a decorrer.

O périplo anual pelas cinco freguesias continuou, no período em apreço, com a realização da Semana da Freguesia de Quinta do Anjo, no mês de maio, que contou com um programa muito preenchido, permitindo, uma vez mais, aferir a diversidade e riqueza do nosso território.

A Defesa da Floresta Contra Incêndios é um desígnio nacional, que Palmela leva muito a sério e que continuou a dominar a atenção do Município e das forças de segurança, ao longo destes meses, na avaliação e identificação de riscos e, consequentemente, dos locais a intervencionar. Seguiu-se a comunicação às/aos proprietárias/os de terrenos em incumprimento - nem sempre fácil, devido a dificuldades de identificação (mas, a este propósito, o Município estabeleceu, entretanto, um Protocolo de Cooperação com a Autoridade Tributária e Aduaneira) – e a posterior confirmação da limpeza até trinta e um de maio.

Maio é, também, há dezoito anos, sinónimo, no concelho de Palmela, de "Mês do Bombeiro". O programa comemorativo do Dia Municipal do Bombeiro, promovido, anualmente, pelo Município e pelas Associações de Bombeiros de Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura, foi organizado, este ano, por esta última, de acordo com o sistema de rotatividade instituído, e contou com importantes momentos de sensibilização e debate, sempre com vista à preparação de comunidades mais preparadas e resilientes. Simulacros em estabelecimentos de ensino, um exercício de atuação conjunta, as desafiantes jornadas de reflexão "Bombeiros – O Futuro em Perspetiva", a exposição "Uma imagem, mil estórias" e a Sessão Solene de Homenagem às Bombeiras e aos Bombeiros do Concelho, com entrega da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar, foram os momentos altos das comemorações, no âmbito das quais assinámos, também, os protocolos para a constituição de Equipas de Intervenção Permanente de Águas de Moura e de Pinhal Novo. É de sublinhar, ainda, o lançamento da campanha de apelo ao voluntariado nas nossas associações de bombeiros, que terá a duração de um ano, sob o lema "Junta-te a Nós!".

Continuam, entretanto, em curso os avultados investimentos no parque escolar municipal, encontrando-se a empreitada de ampliação da EB de Aires em fase final. Procedeu-se, neste período, à abertura de concurso público para a empreitada de ampliação da EB Brejos do Assa e requalificação do seu logradouro. Além das ampliações, temos a decorrer outras intervenções de dimensão inferior, mas igualmente importantes para a nossa comunidade educativa. Concluímos, por exemplo, a colocação de estores interiores na EB Salgueiro Maia e a substituição de equipamentos nos Espaços de Jogo e Recreio, também na Salgueiro Maia e na Alberto Valente, em Pinhal Novo, a reparação de uma parede na EB Algeruz-Lau e o projeto para a beneficiação do logradouro da EB Cajados.

O investimento na Educação não passa, apenas, pelo investimento em edifícios e equipamentos e, em Palmela, orgulhamo-nos de contar com projetos marcantes, que atravessam, já, gerações e que continuam a fazer a diferença na forma como as nossas crianças olham e interagem com o mundo. É o caso do "Aprender a Nadar", cujo terceiro curso do ano letivo 2017/2018 envolveu mais de quatro centenas de crianças, do *Kid's Guernica*, projeto desenvolvido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal com os respetivos Municípios e diversas escolas e que envolveu 126 jovens das Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo e do Agrupamento de Escolas José Saramago, e, claro, do nosso Fantasiarte, projeto de educação pela arte cujas Festas de Encerramento contaram com a participação de três mil e trezentos alunas e alunos de todos os níveis de ensino. É de salientar, ainda, o plano de mobilidade do Fantasiarte, que levou quatro centenas de alunas e alunos do quarto ano a assistir ao espetáculo do Teatro O Bando "Paula de Papel".

Não só a crianças e jovens diz respeito a educação e Palmela, Município Educador, está empenhado no aprofundamento da educação ao longo da vida. O programa "Clique sem Idade" é um importante componente desta visão e manteve a sua atividade, no período a que se refere este relatório, com a realização de uma Oficina de Noções Básicas de Informática, uma conversa sobre envelhecimento ativo e visitas intergeracionais ao Castelo de Palmela e ao Espaço Fortuna – Artes e Ofícios. É de sublinhar a integração do "Clique sem Idade" como uma das 80 boas práticas nacionais no "Guia de Boas Práticas de *Ageing in Place*", apresentado na *Fundação Calouste Gulbenkian*.

No âmbito do programa "Palmela Gerações", assinalou-se o Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações com um conjunto de atividades artísticas, sendo, também, de realçar, as "Visitas com Memórias" e a iniciativa "ComTradições", que celebrou o Dia da Espiga no Parque de Campismo e Caravanismo Vasco da Gama, em Pinhal Novo, envolvendo trezentas e cinquenta pessoas de idade maior num almoço convívio recheado de animação.

Entretanto, estão já em curso os trabalhos de construção da tão aguardada Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo sul, depois do lançamento simbólico da primeira pedra em abril, trabalhos que o Município está a acompanhar e fiscalizar.

Além do habitual apoio técnico e logístico às Instituições Particulares de Solidariedade Social com sede ou intervenção no concelho, o Município tem procurado apoiar, financeiramente, aquelas que se debatem com problemas mais prementes. Sublinhe-se, neste campo, a aprovação da atribuição ao Centro Social de Palmela de 82.288,26 euros, correspondentes à comparticipação municipal em 25% do valor total da candidatura para a requalificação do Jardim de Infância "A Árvore".

Não podemos esquecer, também, o importante momento vivido pela Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores, e pela população dos Bairros Alentejano e dos Marinheiros, no dia 29 de abril, com o lançamento simbólico da primeira pedra do seu Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Recordo que a Câmara Municipal acompanhou o desenvolvimento de todo o processo, tendo cedido o terreno, isentando a associação do pagamento de taxas municipais e celebrando um protocolo de cooperação financeira, relativo à comparticipação municipal na construção do equipamento, no valor de 114.882 euros.

Entre 6 de abril e 15 de maio, esteve em discussão pública o projeto de Operação de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Palmela, enquadrada pela delimitação da respetiva Área de Reabilitação Urbana, tendo-se acolhido parecer favorável por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Este é um importante passo para a reabilitação urbana do edificado do núcleo histórico, disponibilizando às proprietárias e aos proprietários um conjunto aliciante de benefícios e incentivos.

Ainda no que respeita ao Centro Histórico, foi concluída a obra de requalificação da Rua Serpa Pinto, que se encontra, já, reaberta. A intervenção contemplou a substituição de cerca de 400 metros de condutas de águas, construção de uma centena de ramais domiciliários, colocação de dois mil metros quadrados de pavimento, reforço de condutas e instalação de válvulas de seccionamento, para reduzir os transtornos em caso de necessidade de corte do abastecimento de água. É, também, de sublinhar o lançamento de concurso de empreitada por prévia qualificação com vista à requalificação do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.

Os Mercadinhos de Palmela regressaram ao Terraço do Mercado Municipal a 19 de maio e vão continuar até outubro, e a décima sessão da iniciativa "Um Centro Histórico de Oportunidades" debateu, no Espaço Cidadão, o tema "Saberes Tradicionais, Oportunidades de Futuro", com um conjunto de entidades convidadas. Não podemos esquecer, também, a conclusão da intervenção de conservação do edifício da Vereação e a 5.ª edição do projeto "2 (de)mãos por Palmela", que envolveu sete dezenas de voluntárias e voluntários na valorização de uma das principais entradas da vila, através da pintura do miradouro da Alameda D. Nuno Álvares Pereira e dos muros da Igreja de S. Pedro.

O Município assinalou, uma vez mais, o Dia Mundial do Ambiente e o Dia da Energia, através de um conjunto de iniciativas pedagógicas e de sensibilização. As Hortas Comunitárias continuam a despertar interesse junto da população, tendo-se registado, neste período, o acolhimento de novos hortelões e a realização de um encontro convívio, com piquenique constituído por receitas confecionadas com ingredientes da horta.

Está concluído o procedimento para início da construção do passeio que vai ligar o Centro de Saúde e o Cemitério de Palmela, intervenção que será precedida de acompanhamento arqueológico, e procedeu-se à pintura dos muros do Cemitério.

Na área da mobilidade, regista-se o lançamento do concurso para a empreitada de construção da Ciclovia de Quinta do Anjo e o arranque da segunda fase da Ecopista do Pinhal Novo, ambas integradas no projeto CICLOP7.

Num momento em que estão em elaboração e conclusão diversos projetos para intervenção em espaço público, requalificou-se a rotunda da Rua Luís de Camões, em Pinhal Novo, e plantaram-se novas árvores e flores em diversos locais da vila de Palmela.

É difícil dar conta, em poucas linhas, da intensa atividade cultural do Município e os meses de abril e maio são, naturalmente, ricos em eventos e efemérides, cuja concretização e celebração passa por um trabalho de parceria entre os diversos serviços municipais, as Juntas de Freguesia, o Movimento Associativo e a comunidade. São de assinalar as comemorações do Dia Internacional das Histórias de Vida, do Dia Nacional da Família e do Dia Nacional do Azulejo, que motivou uma visita guiada com conferência sobre a produção azulejar de Maria Keil para a Colónia de Férias da EDP em Palmela. No âmbito do Dia Internacional dos Museus e da Noite dos Museus, foi inaugurada a exposição "80 anos da iluminação pública elétrica – Palmela 1938. Finalmente, a Luz!", na sequência de um aturado trabalho de investigação da nossa equipa.

Entretanto, o projeto "Álbum de Família" está a decorrer em Quinta do Anjo, procurando enriquecer o espólio fotográfico do Arquivo Municipal e o conhecimento que temos da História e das estórias das nossas freguesias.

Na área da animação e promoção da leitura, continuam as sessões da Hora do Conto nas Bibliotecas Municipais e em diversas escolas, de Contos Literários para o público de idade maior, e as tertúlias mensais de poesia do projeto "Palavras na nossa terra", e para assinalar o Dia Mundial do Livro, realizou-se mais uma Feira do Livro na Biblioteca de Palmela.

As comemorações do 44.º aniversário do 25 de Abril ocuparam, como habitualmente, lugar de destaque na programação, com a realização de diversos espetáculos, provas desportivas, debates e momentos de convívio, nos equipamentos municipais e em diversas associações do concelho, somando 145 iniciativas. Também o Dia Mundial da Dança suscitou a realização de espetáculos e oficinas, numa parceria do Município com a Passos e Compassos, com quem celebrámos mais um Protocolo de Cooperação.

Neste período são, ainda, de realçar os mais de 215 mil euros atribuídos em apoios financeiros para atividade, equipamento e obras, no âmbito quer do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural, quer de Protocolos de Cooperação, quer, ainda, dos Programas Municipais do Teatro e da Dança e dos apoios específicos às Festas Locais.

Também as associações juvenis receberam apoios à atividade e para equipamento no valor de oito mil euros, verificando-se a conclusão do "Março a Partir", devido ao mau tempo que se verificou em março e obrigou ao adiamento de algumas atividades. O programa de animação de tempos livres em período de férias escolares "CRJ na Páscoa" voltou a proporcionar diversas atividades a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, e para assinalar o Dia do Trabalhador, foram dinamizadas conversas informais nos Centros de Recursos para a Juventude, para esclarecer o público juvenil sobre direitos e deveres no universo laboral.

Na área desportiva, além dos apoios técnicos e logísticos, os apoios financeiros concedidos ao movimento associativo, neste período, ascendem aos 20 mil euros. A corrida "Pinhal Novo Correr a Liberdade 1974m", a concentração distrital de Minibasquetebol Sub10, a Maratona de BTT Pinhal Novo/Arrábida, o 31.º Passeio de Cicloturismo "Vinha em Flôr", o II PinhalnovoGym e a tradicional Palmegina foram as iniciativas de maior dimensão realizadas pelo nosso movimento associativo neste período e apoiadas pelo Município, que aprovou, também, a celebração de um Contrato-Programa com o Judo Clube de Pinhal Novo para o desenvolvimento do seu plano de atividades e um Protocolo de Cooperação com a *Upper Score* – Associação Desportiva e a Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela para a prática de esgrima.

Está em curso a recuperação dos terraços da Praça de Armas do Castelo e, no que respeita a infraestruturas, está concluída a intervenção na Rua Dr. José Afonso e na Travessa do Limoeiro, no Bairro Alentejano. Também o calcetamento na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Águas de Moura, está terminado, e concluiu-se o troço de ciclovia na ligação intermodal Pinhal Novo sul. Destaque para mais de uma centena de intervenções por administração direta na rede viária, entre calçadas, reparações de vias em betão betuminoso ou em *tout-venant* e execução de passagens hidráulicas. Os trabalhos de capinação abrangeram diversas ruas da freguesia de Pinhal Novo, a Avenida Marechal Costa Gomes, em Palmela, e o Caminho Municipal 1029, em Quinta do Anjo.

A chegada da primavera convida ao convívio e a viver mais a rua e, apesar de chuvosa, a primavera 2018 não foi exceção. Na sua 3.ª edição, o Mercado Caramelo conquistou, já, o seu lugar como momento alto de afirmação da cultura caramela e das raízes rurais desta região e chegou mais longe, com uma presença na *Eurovision Village*, em Lisboa, a propósito do acolhimento do Festival Eurovisão da Canção. Também as Festas de São Gonçalo têm vindo a crescer, com um programa diversificado, que alia religião e convívio.

O Festival Queijo, Pão e Vinho continua a ser uma montra privilegiada dos produtos da região da Arrábida, com destaque para o Queijo de Azeitão DOP, mas também o pão, os vinhos, os doces, licores e compotas. O Município apoia a iniciativa e realizou benfeitorias no espaço, para maior qualidade e conforto, e o programa para toda a família, com atividades equestres, exposição de animais, provas comentadas, tosquias e a famosa "corrida de ovelhas", é uma aposta ganha.

A Mostra de Vinhos de Fernando Pó realizou-se, pela primeira vez, nas renovadas instalações da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, com melhores condições para expositores e visitantes e, além da mostra e venda de vinhos do concelho, apresentou uma interessante oferta de programas de enoturismo, afirmando, cada vez mais, a vocação da aldeia de Fernando Pó para o desenvolvimento destes produtos turísticos.

Os Fins de Semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha e da Sopa Caramela, bem como mais uma edição do Concurso de Sopa Caramela, deram continuidade ao calendário do programa "Palmela, Experiências com Sabor!". Também no campo da gastronomia, a Mesa Palmela foi selecionada como pré-finalista do concurso "7 Maravilhas à Mesa", tendo a RTP realizado diversas ações de promoção e divulgação da nossa Mesa e dos produtos e valores patrimoniais que a integram.

Entre 15 e 20 de maio, o Mercado Municipal de Pinhal Novo foi palco da exposição "Descobrir a Metro(logia)", que assinalou o Dia Mundial da Metrologia, dando a conhecer esta importante atividade.

A qualificação dos mercados e a valorização dos circuitos curtos de comercialização motivaram uma candidatura ao GAL RURAL ADREPES, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural 2020/Portugal 2020, intitulada "Mercados de Produtores Locais do Concelho de Palmela", no valor global de cerca de 194 mil euros.

Como não poderia deixar de ser, ao longo destes dois meses, foram muitas as diligências tomadas pelo Município, no sentido do acompanhamento e desenvolvimento das 24 candidaturas a fundos europeus já aprovadas, no âmbito do atual quadro comunitário de apoio, encontrando-se em diferentes fases de implementação, bem como da preparação de novos dossiês a candidatar. O verão que agora começou trará festa, feira e animação, mas, também, novidades, novos projetos e obras no terreno e muito trabalho, na senda do cumprimento dos objetivos que traçámos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta informação?

Tem a palavra a bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Já há pouco o Sr. Presidente falou de uma torneira. Isto agora é só um pequeno aparte … Quando houve a reunião descentralizada no Poceirão, verifiquei a falta de manutenção do jardim do Centro Cultural, na sua parte interior e gostaria de saber o que está previsto ou vai estar para manutenção deste Centro Cultural. Quando fui à casa de banho das senhoras, na dos homens não entrei, verifiquei o mau estado da torneira, que praticamente não deitava água e o mau estado da saboneteira e outro mobiliário. Convinha pois renovação desse material e porque não um aparelho de ar condicionado para o salão onde se realizam as reuniões. Agradecia que o Sr. Presidente tomasse a devida nota, pois quando a sala está cheia não há condições.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra pela bancada do PS, a Sra. Membro Ana Elísia Monteiro."

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:**

"Cumprimentar todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente e chamar aqui a atenção a alguns pontos que estão explanados no documento que foi entregue, que foi elaborado sobre a atividade.

Em primeiro lugar congratular a autarquia pela dinamização desta parceria e pela aceitação do convite dirigido pela AMA - Agência para a Modernização Administrativa, que permite então começarmos a entrar mais numa era digital na parte da Câmara Municipal de Palmela e permite a disponibilização deste serviço que para nós são cada vez mais importantes. Peca do nosso ponto de vista por ser dirigido mais à questão dos empresários e empreendedores e não ao público em geral quando, efetivamente, o público em geral importa e que consideramos que devia ser confrontado também a tipologia de requerimentos mais utilizados na Câmara e disponibilizados desta forma a quem os quiser utilizar e também referir para quem nunca utilizou que, efetivamente, a plataforma da AMA - Agência para a Modernização Administrativa, em matéria de validação e em matéria de submissão, não é algo tão intuitivo e disponível para todos até porque implica a leitura do cartão digital. Não é uma ferramenta que em casa possamos, como acedemos outros sites, utilizar pelo menos a maioria que pode não ter um computador com esse acesso.

Em relação também à área do atendimento, só aqui um pedido e uma chamada de atenção duma informação que julgamos ser pertinente na página dezoito, deste documento, em que é referido na parte da Loja Móvel do Cidadão, o atendimento, as áreas de atendimento e que nos permite, no fundo, também perceber quais é que são as áreas que têm maior foco de procura pelos munícipes, julgo que era importante perceber também nos postos de atendimento presenciais as áreas em que tem maior incidência porque, por exemplo, na Loja do Cidadão vemos que a questão do pagamento de consumos de água é a área que tem maior relevância, efetivamente, e nos postos de atendimento presenciais em Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, julgamos que seria uma informação útil percebermos, até para percebemos se é uma dinâmica que tem a ver com a água e com a impossibilidade de, neste momento, por exemplo, a autarquia não poder gerar uma nova referência aquando do prazo expirado de faturação.

Ainda também em matéria da parte digital, perdoem-me os que se calhar não valorizam tanto, mas realmente tal como que o Sr. Presidente disse foram meses de grande a riqueza a nível de várias atividades no concelho como vai ser a partir de agora até porque com o bom tempo está associado um bocadinho às festas que há no nosso concelho. Em relação a estas atividades do município em áreas gerais como a Cultura, a Juventude, o Comércio, o Turismo há uma série de atividades esplanadas neste documento que eu muito sinceramente, e falo por mim, me passaram um bocadinho ao lado e, se calhar, a mim e a muitas pessoas que nos gostam de visitar de fora e até mesmo a munícipes que cá habitam. Porquê? Porque esta informação a nível da atividade, quer seja da Câmara ou de atividades que são promovidas ou são apoiadas pelo município, está às vezes dispersa em várias ferramentas, ora nós temos que consultar o Catavento, outras temos de consultar o Palmela Conquista, o site, outros podemos consultar o Facebook da parte da comunicação, do arquivo, chega a um ponto que temos uma informação tão dispersa que temos de andar a juntar e colar de várias ferramentas. Eu, e isto é um bocadinho opinião pessoal e que partilho também com vários elementos da Bancada, parece-me que termos uma ferramenta digital e agora verdade é que a maioria das pessoas, velhos e novos, utilizam muitas ferramentas como o Facebook e Instagram, agora os mais novos até é mais a predileção pelo Instagram, aqui a questão efetiva é que nesse ponto a autarquia pelo menos o Instagram oficial tem neste momento sete publicações, e das sete publicações, eu convidava aos restantes elementos a consultar, não explanam a atividade, explanam fotografias, que têm o seu mérito mas que convidam só a conhecer o município de forma geral e uma sugestão que deixamos, efetivamente, é de termos uma ferramenta porque quem vem de fora não sabe que temos Catavento na maioria das vezes, porque quem vem de fora não sabe que estamos a tentar construir uma marca como a Palmela Conquista, quem vem de fora procura Câmara Municipal de Palmela e tenta ter uma ferramenta, uma agenda, que possamos consultar todas as atividades.

Por fim, e agora tentando sintetizar, na página quarenta e nove vêm referenciados as toneladas de materiais recicláveis que são recolhidos e tratados no nosso município. Nesta página comparando o valor dos ecopontos domésticos com a questão da reciclagem para restauração, vimos que o número é significativamente mais alto nos ecopontos, e entendemos os domésticos, do que nos programas de reciclagem para restauração. Deixar então a pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, sobre as políticas de reciclagem do município junto a empresas e restauração, uma vez que consideramos que até são um fator de contributo para acréscimo dos números e das toneladas que são registados no nosso concelho.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia.

Tem agora a palavra a bancada da CDU, o Sr. Membro da Assembleia, Joaquim Pires por favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos.

Uma breve observação muito rápida da CDU relativamente ao documento apresentado e à exposição que o Sr. Presidente acabou de fazer das atividades e das tarefas desenvolvidas e uma felicitação, naturalmente, da bancada da CDU, a este trabalho a este documento, uma valorização igualmente de forte pelo conjunto enorme de atividades pequenas e médias, projetos, operações, cultura, como todos reconhecemos e até na própria discussão que foi feita não Câmara o sentido de voto por maioria revela também o reconhecimento de quem interveio nesta discussão e, portanto, era esta felicitação por parte da CDU ao trabalho desenvolvido em prol de Palmela, em prol da população de Palmela e do bem-estar dos munícipes."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada.

Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre este primeiro ponto?

Não havendo, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer algum comentário."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pedia-lhe licença para muito telegraficamente dar só aqui duas ou três informações acerca das questões que foram apresentadas. Centro Cultural do Poceirão, pequenas reparações tomámos nota, vamos operar. Quanto à questão do conforto térmico e outros, eu sei que esteve na reunião possivelmente não apanhou essa informação, eu dei nota que dentro das candidaturas à eficiência energética que estão em preparação, e que o Governo acabou de adiar o prazo dos avisos mais uns meses, este é um dos equipamentos que vai ser objeto de candidatura, precisamente por questões de conforto térmico e obviamente que vamos aproveitar as obras para fazer mais algumas intervenções, até porque nestas questões de eficiência energética tem de haver obras de três tipos, de três classes, não é só climatização por via de AVAC, de ares condicionados, de poupanças, há também vidros duplos, enfim, e temos essa candidatura em preparação.

Sobre as questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Ana Elísia, relativamente ao convite da AMA também não é por acaso que somos convidados, podiam convidar outra autarquia, não é, é porque têm uma boa experiência de trabalho com o município e porque o município ajuda a encontrar soluções. Aproveitava para dizer que neste caso concreto esta questão é uma como outras que disse que seriam bem-vindas nas obras particulares e noutras que fazem parte do programa do vosso Governo e, portanto, nós estamos à espera que o Governo avance com o programa e que vá avançando com outras medidas e, obviamente, naquilo que diz respeito à interação/integração com a Administração Local até ficamos satisfeitos por nos desafiarem porque, neste caso concreto, a aplicação quando chegou, e sei que conhece o assunto também porque já trabalhou no setor e sabe quais as dificuldades quando surgem estas novas aplicações e metodologias, precisou de muitos contributos e muitos imputes quer dos nossos serviços de Urbanismo, quer dos nossos serviços da GOSI, para afinar esta aplicação porque há coisas que estão na legislação que não são assim facilmente transponíveis para a programação e por isso é que é um projeto piloto e nós estamos disponíveis para avançar noutras medidas da mesma natureza.

Registo as opiniões e sugestões que deu em relação à melhoria do documento e a melhoria da promoção das atividades.

Quanto à questão da reciclagem, política da autarquia versus restauração, dizer-lhe que a restauração utiliza os ecopontos que são na sua esmagadora maioria, destinados ao cidadão singular. Contudo, penso que em

Pinhal Novo e não tanto em Palmela, porque não houve grande adesão, há o circuito Horeca de recolha de vidro e há também nalguns o circuito do papelão, nos óleos alimentares usados quase todos têm sistemas paralelos e não são obrigados a entregá-lo à autarquia. Relativamente aos plásticos é o grande problema porque não há circuito dedicado, mas quero aqui mais uma vez esclarecer que a autarquia está fortemente dependente, nesta questão, dos sistemas multimunicipais e da AMARSUL e do facto de estarmos todas as autarquias em minoria neste sistema e todos os municípios, de todas as cores politicas sem exceção, estão profundamente descontentes com as opções que a AMARSUL tem tomado nesta matéria. Durante anos, por causa da crise, acabou com os circuitos de recolha porta-a-porta nos estabelecimentos, reduziu ao mínimo. Nós estamos até a tentar levar agora esse tipo de recolha porta-a-porta a Águas de Moura, vamos até fazer uns impressos para que cada comerciante e pessoa ligada aos serviços, e do setor da restauração e hotelaria possam dizer-nos se estão disponíveis para aderir, quais seriam os dias, quais seriam as quantidades, etc., mas tem sido difícil levar a AMARSUL a fazer este trabalho mais dedicado a estes setores quando, inclusivamente, na recolha sobretudo dos ecopontos dos plásticos, nós, não é só nos fluxos do Natal nem no Verão, no excesso de consumo ou das férias, não, os plásticos estão sistematicamente em atraso e os papelões também; tem os que fazer aqui *nostra culpa* à cidadania, é que há muita gente que não dobra, que não desmancha as caixas, e que se recusa a metê-los no ecoponto. Eu, na segunda-feira de manhã, estive com um funcionário da autarquia que estava a trabalhar desde as seis e meia da manhã, na jornada contínua, e que estava em pleno centro do Pinhal Novo a dobrar caixas para meter dentro do ecoponto à porta de um centro comercial e, de facto, o ecoponto tinha espaço para o papelão. Nos plásticos já não é tanto assim, nós temos procurado levar a AMARSUL a aumentar os níveis e até porque há necessidade de cumprir outras metas que estão no PEERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, mas se não houver um maior investimento no reforço dos ecopontos e nesta recolha porta-a-porta dos principais produtores, também de resíduos valorizáveis, porque os recicláveis são valorizáveis, e se não forem bem recolhidos e bem acondicionados depois também já não têm valor. Dou-vos um exemplo; um papelão sujo já não vai ser reciclado já vai para o aterro, não vai para a zona da reciclagem e, portanto, temos procurado que a AMARSUL nos acompanhe mas, de facto, o privado que comprou a maioria do capital social entende que primeiro estão determinados objetivos de remuneração do seu capital e depois o investimento. A má notícia que tenho é que o serviço em vez de melhorar, vai manter-se na mesma, mas a tarifa vai aumentar para os municípios, vamos passar de vinte e quatro noventa para trinta e dois, e sabe porquê? Precisamente por causa dos investimentos que estão previstos mas que afinal parece não haver retorno nem sequer pagamento por via das recicláveis. O que está a aguentar o sistema, neste momento, é o biogás dos aterros que está a produzir energia e que está a permitir algum equilíbrio financeiro no sistema, mas tudo isto era evitável se o privado quando entrou, em dois mil e dezasseis, não tem ficado com seis milhões de euros que os nove municípios e a gestão pública das Águas de Portugal nos últimos anos tinham amealhado para este futuro quadro comunitário e metas de reciclagem que são muito exigentes para o país e que eu duvido que o país vá cumprir se não alterarmos também os nossos hábitos, o que é também um problema de cidadania.

Perdoe-me este discurso, mas tinha de dar também aqui esta nota, porque isto tem de ser um desígnio nacional, esta questão da reciclagem.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, Sr. Presidente, vamos passar ao ponto número dois Revisão do Orçamento."

PONTO DOIS – 2.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Esta segunda Revisão tem por objetivo o reforço de ações sobretudo nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte para permitir o lançamento de procedimentos concursais acautelando aumento de preços em particular em empreitadas de obras públicas, ou seja, já tivemos aí dois reveses em duas importantes empreitadas e pela tendência dos preços, quer publicados pelas entidades oficiais do IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, e outros, há hoje um aumento significativo e estamos a ser confrontados também com revisões de preços de empreitadas já terminadas em anos anteriores que, por leis, temos de pagar essa diferença, e para não estarmos a mexer no orçamento deste ano, porque isso levaria a ter que prescindir ou deitar abaixo outras rubricas e outras opções que estão aprovadas, no orçamento deste ano, o valor da revisão é apenas de mil duzentos e sessenta e sete mil euros, ou seja, trata-se aqui uma rubrica, mil duzentos e sessenta e sete euros, eu disse mil porque estou habituado aos milhões ultimamente, mil duzentos e sessenta e sete euros, portanto, é a única mexida que há no orçamento de dois mil e dezoito e tem que ver com uma anulação numa parte aqui da mobilidade sustentável, porque já adquirimos o que tínhamos a adquirir nesta área e, depois, aqui um reforço de cem euros, enfim, são coisas pequeninas de execução financeira de obras concluídas em anos anteriores para pagamento da revisão de preços da obra do Parque Intermodal Sul, não foi só cem euros mas é para permitir pagar porque faltam cem euros.

Ora bem, depois as mexidas são, como vos disse, em dois mil e dezanove e em dois mil e vinte para, por um lado, nestas grandes empreitadas da escola de Cabanas que vai ter de ter reprogramação, da Ribeira da Salgueirinha onde há, de facto, uma diferença substancial na revisão de preços e também nas negociações nos terrenos e noutras empreitadas que aqui estão previstas, ao termos já esta rubrica mais ampliada em dois mil e dezanove, certamente lançando os concursos agora não será por um preço que esteja ali à pele que elas vão deixar de ser feitas, até podem vir a ser adjudicadas e devem ser adjudicadas abaixo do preço base, mas para não correr o risco de termos mais concursos desertos vamos já fazer este reforço mesmo em dois mil e dezanove, até porque grande parte destas obras vão ser implementadas e ter grande parte dos pagamentos já neste ano e, portanto, isso acontece até com empreitadas que já estão adjudicadas, nomeadamente as intervenções de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela, cujo visto do Tribunal de Contas está a caminho (segundo nos informaram no final da semana passada), mas previmos já aqui a passagem de alguns autos para dois mil e dezanove.

De resto, a mexida deve-se sobretudo a esta questão da Ribeira da Salgueirinha para podermos aumentar o preço base da empreitada. Para terem uma ideia, em cerca de quatrocentos e quarenta e cinco mil euros, porque é uma obra que queremos levar à reunião de Câmara de dia quatro de julho.

Sra. Presidente, reservo-me para as questões que os Srs. Membros da Assembleia entendam colocar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta intervenções?

Tem a palavra pelo Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Enfim, uma Revisão Orçamental de mil duzentos e sessenta euros não merecerá um grande discurso senão o preço de cada um dos segundos que falamos, enfim, gasta-se nestes mil duzentos e sessenta euros.

Eu achei estranho, enfim, uma Revisão Orçamental deste calibre e o discurso do Sr. Presidente virou-se muito para àquilo que eram os compromissos dos seguintes."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Por isso é que é uma Revisão, se não fazia uma Alteração ao Orçamento."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Os compromissos dos anos seguintes poder-se-iam fazer numa outra Revisão em qualquer um outro momento, não era obrigatório que fosse hoje em face disto até porque fizemos uma Revisão Orçamental há dois meses atrás, uma coisa assim do género. Dá-me ideia que há aqui, enfim, inclusivamente esta questão dos viadutos, arruamentos e obras complementares tem um reforço de cem euros, há um reforço de cem euros, há uma inscrição de mil cento e sessenta e sete euros em estudos, pareceres, projetos e consultadoria, e depois há mais cem euros nos viadutos, arruamentos e obras complementares, que se juntam a quatrocentos e setenta e dois mil euros num tal orçamento de cinquenta e cinco milhões de euros e depois nós temos aqui uma retirada de outro material de transporte, não sei que o material é, mil duzentos e sessenta e sete euros, nesta questão relacionada com, enfim, não diz que tipo de material de transporte é depois o senhor poderá, eventualmente, dizer mas não são com certeza veículos elétricos, carros elétricos, porque o município a isso nunca conseguiu efetivamente chegar.

Agora o que acontece para aquilo que está depois perspetivado para os anos seguintes, aquilo que está hoje aqui colocados enfim, diria eu, podia ser colocado numa outra fase. Acho estranho que façamos uma revisão tão curta, enfim, não consigo precisar também quando é que foi a última, mas foi há dois meses sensivelmente, em face daquilo que eram as perspetivas que tínhamos de todo o orçamento, era só isto.

Nós votaremos favoravelmente, aliás, é uma Revisão e até vamos votar favoravelmente porque isto não tem claramente significado, enfim, terá um significado político, mas em termos da execução e daquilo que os munícipes sentirão não tem nenhum significado.

Era só obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs. Membros, outras intervenções?

Tem a palavra PSD/CDS, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vou deter-me no valor realmente da alteração sobre os valores mais significativos.

No caso das obras públicas e concretamente no processo de adjudicação da obra da Ribeira da Salgueirinha, não é assustar-me mas fico admirada quando a justificação é a subida do preço da mão-de-obra. Sobe o preço da gasolina, do gasóleo, Sr. Presidente, não posso concordar com as suas afirmações de há pouco e desafio-o a andar a trabalhar um dia comigo e/ou com outros profissionais para quem o carro é um instrumento de trabalho.

Eu tenho aqui dúvidas. Eu acho que o Sr. Presidente já tentou esclarecer, mas eu não fiquei completamente esclarecida. Aliás, acho até que vou requerer acesso ao processo. Aquela parte da candidatura HUB10 onde está no orçamento a segunda fase que o Sr. Presidente disse que ia existir na estrada de Vila Amélia em Quinta do Anjo. Eu realmente não me assusto mas as obras, o que me assusta são algumas candidaturas que depois ficam com os concursos desertos.

Voltando à Ribeira da Salgueirinha, acredito no que o Sr. Presidente está a dizer, que não está a faltar à verdade, mas atualmente nem é o caso da Câmara de Palmela que não demora assim tanto tempo a pagar aos fornecedores no presente momento.

Das duas uma, o Sr. Presidente já explicou, mas eu pergunto, o valor das expropriações também aumentou ou na altura não se tinham contemplado algumas? É natural num processo preliminar, mas queremos saber mais pormenores sobre esse assunto.

Já agora, agradeço o CD enviado para acompanhamento de uma das propostas, mas como não se consegue abrir os documentos, pois não temos esse programa, não poderemos votar favoravelmente e em consciência essa proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Tem a palavra pela CDU, Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Para a bancada da CDU, o documento apresentado nos termos em que estão aí as explicações que foram dadas não suscita qualquer dúvida pelo que o sentido de voto é de aprovação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tenho ainda um pedido de intervenção do Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira da BE:**

"Mais uma vez, obrigado Sra. Presidente.

Perante os valores apresentados e pelas explicações que o Sr. Presidente da Câmara aqui prestou, também tendo em conta que o Bloco de Esquerda em relação às questões do Orçamento da Câmara e as consequentes Revisões nós não temos acompanhado por razões já aqui levantadas, que não são políticas, é a estratégia da CDU e não são nossas, mas tendo em conta os valores aqui apresentados e as explicações do Sr. Presidente vamos excecionalmente votar a favor desta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Então Sr. Presidente quer esclarecer algumas das questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Duas notas, uma de natureza mais pedagógica. Obviamente, nós estamos a fazer uma Revisão no que diz respeito ao ano de dois mil e dezoito, de mil duzentos e sessenta e sete euros mas estamos a mexer nos anos seguintes e por isto é que é uma Revisão, dotando as rubricas com mais valor para não sermos surpreendidos nas questões do lançamento das empreitadas que, como tenho dito, se têm revelado nos últimos tempos com valores muito mais elevados.

Por outro lado, possivelmente não tive tempo ou quis abreviar e não me expliquei bem, faço questão de dizer que o reforço de mil cento e sessenta e sete euros, nos estudos, pareceres, projetos e consultadoria, diz respeito a um reforço para a aquisição de serviços de conservação e restauro para a obra do Castelo, que aliás é cento e tantos mil euros, mas a verba que lá estava ainda precisou de mais de mil cento e sessenta e sete euros só para conservação e restauro da tal obra de dois milhões e oitocentos mil das encostas, cujo visto virá a caminho. Depois um reforço de cem mil euros em viadutos, arruamentos e obras complementares. Volto a dizer que se trata de repor cem euros, porque a verba que tínhamos para a execução financeira de obras concluídas em anos anteriores nós deixámos para quase, enfim, rubricas em várias áreas; dez mil euros para obras concluídas em anos anteriores. Hão-de reparar no orçamento está lá

sempre uma rubricazinha, cinco mil, dez mil, para obras concluídas em anos anteriores, em várias rúbricas no plano. Ora isto tem que ver com a revisão de preços e neste caso dos viadutos, arruamentos e obras complementares, diz respeito ao Parque Intermodal Pinhal Novo Sul, que está terminado e como tivemos que pagar a revisão de preços que não lhe sei dizer quanto é, se é seis mil, cinco mil, falta cem euros e, portanto, a gente vai pôr o dinheiro e isto é urgente para poder pagar essa revisão de preços.

As questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, HUB10 não têm que estar aqui. O HUB10 está no nosso documento do plano, o HUB10 está à espera do visto do Tribunal de Contas, a gente faz obras superiores a determinado valor e temos que nos aguentar àquelas coisas, não somos só nós a queixar-nos, mas esperamos tranquilamente e há de haver questões, aliás já houve questões esta semana, portanto, vamos responder, estamos sempre a responder a dar esclarecimentos adicionais a mandar mais coisas. O HUB10, segunda fase, como eu já tinha dito a V.Exa. nós só começaremos a fazer o lançamento para projeto no segundo semestre do ano; ainda não se conseguiu começar a outra que está adjudicada, o empreiteiro está desesperado, esse quer começar a trabalhar, mas sem o visto não pode e quando vier o visto ainda vai ter que, ter a consignação, a apresentação das cauções, o plano de segurança e saúde, não pode começar a obra sem o plano estar aprovado, estas coisas depois demoram o seu tempo e, portanto, são constrangimentos legais que as obras públicas têm de respeitar a bem até da qualidade e da transparência que é para não haver outras coisas mal resolvidas e, portanto, não há que temer porque essa obra, como outras, não têm que vir aqui, aqui tem apenas a síntese daquilo que é mexido e portanto isto é uma forma de possibilitar que as empreitadas não venham a ficar desertas e não deixem de andar por falta, às vezes, de cabimento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu esqueci-me de referir a questão do aumento dos preços, mas faça favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, não, não tem a ver com isso, tem a ver com o mapa. Posso ser eu que estou a ver mal mas, na página um, as inscrições e reforços só lá tem os cem euros relativos à execução financeira de obras concluídas nos anos anteriores, aquilo que referiu os mil cento e sessenta e sete euros da intervenção natureza estrutural, para evitar derrocadas..."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Estão no orçamento da despesa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Pois, exatamente tem que vir no orçamento da despesa, exatamente, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Uma folha diz respeito ao Plano e outra diz respeito ao Orçamento."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Do outro lado está efetivamente, pronto.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pronto, era só para dizer que sobre este aumento de custos nas obras públicas o IMPIC, que é o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, de facto, confirma que já em dois mil e dezasseis observou-se um aumento considerável, há também um aumento considerável do número de obras públicas a decorrer no país um pouco por todo o lado. Devo confessar que há inclusivamente falta de empresas e falta de muitos profissionais especializados nalguns setores que emigraram e que faltam respostas e dou-vos este exemplo, nós na Matos Fortuna ameaçámos a empresa que estava a recuperar muito bem, o trabalho estava a correr muito bem, de repente sentimos ali em três semanas um atraso, chamámos a empresa, desculpem o termo, "encostámos a empresa à parede", com a ameaça de multas contratuais e o senhor trouxe-nos para nós vermos consultas a seis subempresas de estucadores que não têm capacidade de resposta. Sobre o número de obras públicas que há mais e, de facto, o aumento do ferro, o aumento do gasóleo, tudo isto dá um aumento de dezassete ponto nove no índice de preços das obras públicas, dezassete ponto nove. Curiosamente, ou talvez não, tenho eu aqui nesta nota e são documentos oficiais a mão-de-obra tem permanecido inalterada, mas isto é uma reflexão porque neste caso, em média, infelizmente, ainda há empresas onde quem trabalha neste setor continua a ganhar os seiscentos euros.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que estamos em condições de votar a Revisão ao Orçamento."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O ponto número três, as Contas Consolidadas, Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Contas Consolidadas 2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, eu, sobre esta matéria vou na introdução dizer muito pouco. É um documento eminentemente técnico, faz parte das regras e também dos procedimentos contabilísticos de consolidação que são definidos no POCAL em que temos de juntar, depois de termos aprovado a Prestação de Contas das várias entidades que fazem parte do grupo municipal, e neste caso é o Município de Palmela e a Palmela Desporto.

Relativamente aos anos anteriores, é possível confirmar indicadores e alguma evolução positiva. É evidente que no imobilizado as coisas vão desvalorizando, aí desce o imobilizado.

A posição do município em termos do balanço consolidado, do ativo líquido e os ativos imobilizados também não tem grandes variações relativamente a anos anteriores. O total do ativo líquido do grupo municipal em

trinta e um dezembro dois mil e dezassete, ascendia a cento e vinte e seis vírgula um milhões de euros, tendo-se registado um decréscimo de três vírgula nove, face ao valor verificado no ano transato, mas pelas razões que eu já referi, o ativo circulante também tem um acréscimo de um ponto sete.

Os custos com o pessoal, os fornecimentos e serviços externos, as amortizações e provisões do exercício, estão aí com as percentagens referidas na página dezanove, temos os proveitos e ganhos, isto é uma coisa muito técnica.

Dou aqui também destaque na página vinte e quatro às informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo e aqui estamos apenas a falar de endividamento municipal da Câmara Municipal, porque a Palmela Desporto não tem empréstimos, não tem dívidas e, portanto, também é possível verificar aqui a evolução com a redução do capital em dívida e também o valor que temos pago de amortizações de capital desde dois mil e catorze a dois mil e dezassete, que também tem uma evolução positiva.

Dito isto, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia receberam também a Certificação Legal das Contas Consolidadas da empresa do ROC, infelizmente desaparecido no último mês, Sr. Lino Correia, que faleceu, mas a empresa continua.

Já agora dizer que fizemos concurso público, também já não sei se é o mesmo, se não é, para novo ROC, quer nós, quer a Palmela Desporto.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões?

Tem a palavra, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sendo um documento técnico há aqui duas ou três notas que eu gostava de deixar. Tive ocasião também de ler a Certificação Legal das Contas Consolidadas e no perímetro de consolidação e do método utilizado de acordo com a terminologia aqui vista, nós temos ao nível daquilo que o ROC nos escreve, ao nível dos investimentos financeiro está registada a participação ADREPAL, no valor de trezentos e trinta e quatro mil euros, para a qual não foi constituída provisão pelo que passivo e os resultados líquidos se encontram subavaliados nesse mesmo valor.

A ADREPAL já hoje foi falada aqui pelo Sr. Presidente, espero que a curto prazo possamos ter alguma questão em relação a tudo isto. É que a Câmara tem quarenta e nove vírgula doze por cento da ADREPAL, não estamos a falar da comparticipação que têm na AMARSUL, que são três ponto quarenta três ou na SIMARSUL que são quatro ponto sessenta e dois. Não tendo os cem por cento como tem na Palmela Desporto, tem aqui um valor muito significativo que foi cirurgicamente arranjado, diria eu assim, para ter aqui ligeiramente menos do que os cinquenta por cento.

Há aqui, no entanto, duas ou três notas que só mesmo de óculos a gente consegue chegar lá. Na página treze, nós temos um gráfico circular, a gente chama sempre um gráfico de queijo, mas é um gráfico circular, onde nos aparece o ativo líquido que tem noventa ponto três por cento de imobilizado e oito virgula três por cento de circulante. Ora este gráfico circular deveria de contemplar os cem por cento do valor em causa e não contempla, é preciso ir ao mapa seguinte e perceber que os acréscimos e deferimentos são um ponto um por cento. Este gráfico circular, deveria contemplar isto no ponto um por cento, claramente, não tenho dúvidas sobre isso, há aqui esta nota que gostava que colocassem em linha.

Depois, o total do ativo líquido do grupo municipal em trinta e um de dezembro ascendia, o Sr. Presidente já disse há aqui um decréscimo de três ponto nove, mas preocupa-me um pouco mais esta questão que já aqui

foi discutida aquando da apresentação e da votação do relatório de contas do ano de dois mil e dezassete, na página dezanove, refere-se que os fundos próprios do grupo municipal registaram um decréscimo de um ponto oito milhões de euros em resultado da incorporação de um pior desempenho económico do exercício que apresentou o resultado líquido negativo de um ponto nove milhões de euros, que está diretamente relacionado com o comportamento dos resultados extraordinários. Há aqui, aquilo que já tínhamos visto antes, que é aquele resultado negativo de um ponto nove milhões de euros, mas que nestas contas consolidadas aparecem-nos aqui descritos de uma forma muito cabal e apresentando, eventualmente, uma justificação diferente daquela que foi dada aqui aquando da apresentação do Relatório de Contas.

Também na página vinte, no gráfico circular, se nós juntarmos os fornecimentos e serviços externos, os custos com pessoal, as transferências e subsídios correntes, a amortização e provisões do exercício, custos e perdas extraordinárias, nós temos aí noventa e sete ponto oito por cento, faltam dois ponto quarenta e quatro de proveitos extraordinários. Estes gráficos têm que ser corrigidos, digo eu que têm que ser corrigidos, porque eles não estão corretos.

Na página vinte foi o que disse, e também o da página vinte e um, este eu dou de barato. Há aqui zero ponto três por cento que não está vertido no gráfico, eventualmente teria que estar mas como, também, fazendo-se as contas às centésimas podemos chegar muito próximo do valor dos cem por cento, dá-me ideia que não havia aqui nada mais a consagrar.

A capacidade de endividamento do Município é tal como já tínhamos dito e referido, neste momento, capaz para se projetar uma Palmela diferente a curto prazo.

Era só muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não percebo como é que chega a essas conclusões mas pronto ok, muito bem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão Sras. e Srs. Membros da Assembleia? Não?

Então, Sr. Presidente".

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só uma nota Sra. Presidente.

Eu relativamente à dessintonia entre a representação dos gráficos, das tortas, ou de outra coisa que lhe queiram chamar, eu não sei como explicar, mas fico sobretudo tranquilo porque na legenda, na tabela, os valores são certos e não podiam ser outros até porque foram certificados e foram validados, mas não sei explicar porque é que os acréscimos e deferimentos não estão lá, mas deve haver uma explicação qualquer, porque isto acontece em quase todo o lado, mas eu não lhe sei explicar, não sei se o Dr. Paulo Pacheco também me consegue explicar. Agora no fundamental o resultado negativo etc., isto é perfeitamente normal em qualquer empresa até porque, de facto, nem todos os anos se consegue ter resultados positivos.

Mas quanto à estrutura de custos, ainda assim, era importante percebermos, sobretudo para quem está menos familiarizado com este tipo de documentos e com esta matéria, porque ouve falar aqui em exercícios, débitos, passivos, até dá a sensação que estamos aqui a dever dinheiro a alguém, não é nada disso, pois na estrutura de custos, face ao ano anterior, regista-se um aumento dos custos operacionais do exercício em setecentos e nove mil euros, cerca de um vírgula sete por cento, e este crescimento dos custos operacionais decorre no essencial no crescimento dos fornecimentos e serviços externos e também de custos com pessoal, uma vez que que as variações entre as restantes rubricas se anulam entre si. E isto é um aspeto positivo, felizmente houve possibilidade de tratar ainda de algumas reposições, começar a tratar, também,

agora de algumas progressões na carreira e é normal que estes custos com pessoal façam aqui, também, alguns desvios.

O crescimento dos custos extraordinários em seiscentos e dezassete mil euros são motivados por perdas em imobilizações decorrente de regularizações de imobilizado da Câmara e isto acontece, também, com alineações de terrenos, com desvalorizações património, etc., isto é um documento muito claro.

Relativamente à ADREPAL, em primeiro lugar dizer que a opinião do ROC é uma opinião recorrente, agora que focou-se noutra questão é porque tem uma perspetiva que isto não tem solução. Ele dizia outra coisa é que devíamos colocar isto nas perdas, em nosso entender queria só dizer-lhe, por um lado, que a ADREPAL tem tido resultados positivos nos últimos quatros anos, cada ano, anuais, e por outro lado tem pago dívida como lhe competia, tem reduzido a sua dívida e que sobre esta matéria que tantas vezes nos, às vezes, dividia, parecia que havia aqui alguma coisa menos bem resolvida, queria relembrar que houve a Certificação Legal das Contas por parte do Tribunal de Contas e que a conta foi homologada sem qualquer referência a esta matéria. Não estou a dizer que o ROC tem ou não tem razão, estou a dizer é que a nossa tese também tem fundamento e a questão da ADREPAL há-de ser bem resolvida."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto, PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente às Contas, vamos manter o sentido de voto que tivemos outras ocasiões.

Salienta-se aqui, também, que embora a Câmara tenha tentado melhorar ainda há muito a fazer nalguns circuitos internos operantes como diz aqui o ROC, se calhar aqui foi alterado ligeiramente a questão da ADREPAL porque isto tem data de oito de junho, se calhar o senhor já tinha falecido e foi alguém da sociedade que assinou, pode ter sido essa mudança de posição. Se o Sr. Presidente disse que tinha falecido há um mês, acredito que tenha sido essa alteração. Em todo caso, sempre diremos que na questão da ADREPAL não ficámos muitas vezes esclarecidos porque, se bem me lembro, já há três anos o Sr. Presidente comprometeu-se a trimestralmente nos trazer aqui alguma informação do relatório financeiro, coisa que nunca foi feito, aliás eu tenho isso como nota. Sim, quando colocamos em questão o problema de provisões alertadas pelo ROC, verificamos que tínhamos também razão. E quanto à questão do lucro de há anos, ficamos agora a saber, pois os relatórios nunca nos foram trazidos .

É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão?

Então não havendo Sr. Presidente, podemos? Vamos votar "

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Área de reabilitação urbana do Centro Histórico de Palmela – Operação de reabilitação urbana (ORU).

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente com a sua permissão e dos Srs. Membros da Assembleia, pediria que fosse transcrita integralmente a proposta e os comentários que suscitarem da nossa discussão, penso que não vale a pena estar a ler toda a proposta.

Apenas referir que este documento, esta proposta, foi aprovada esteve em apreciação pública, já mereceu parecer prévio do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, parecer favorável, naturalmente, e feito todo este procedimento o que se pretende agora é esta deliberação final para podermos começar a divulgar este regulamento, os benefícios fiscais que nos propomos atribuir e na sequência disso ainda temos muito trabalho técnico a fazer no que diz respeito, também, aos requerimentos, às linhas de atendimento, etc., que faremos especificamente para esta medida da Área de Reabilitação Urbana, neste caso concreto o Centro Histórico de Palmela, mas como faremos também com a proposta seguinte para a área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo.

A proposta é clara, tem depois o regulamento, tem os benefícios fiscais e financeiros que se propõe atribuir e pensamos que é um bom instrumento para ajudar a combater alguns fenómenos de abandono do edificado e também para motivar alguns empreendedores e, proprietários e outros a investir nestas áreas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira da BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Mais uma vez eu queria colocar uma questão ao Sr. Presidente que tem a ver precisamente com a questão da preferência para os casos em que a Câmara Municipal proceda à posse administrativa de alguns imóveis, no âmbito deste ORU, e à bocadinho já tinha dito que ia lançar um concurso muito em breve para aquisição de habitações destinadas à habitação social e eu aqui queria perguntar muito em concreto quantas habitações é que estão previstas adquirir ou alugar neste concurso?

Eu tenho comigo um quadro que diz respeito ao levantamento nacional das necessidades de realojamento nacional, de fevereiro deste ano, e que tenho aqui que o Acordo de Adesão está concluído, ou seja isto são dados da Câmara Municipal ao IHRU-Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que foi a entidade que fez este levantamento. Os fogos previstos eram de sessenta e um, os fogos executados foram vinte e sete e a taxa de execução foi de quarenta e quatro vírgula dois por cento, tendo sido todas as famílias que estavam na lista de necessidades de habitação social contempladas.

Eu aqui gostaria de saber Sr. Presidente, já fiz a pergunta mas volto a repetir, quantas habitações é que estarão previstas lançar neste concurso, tendo em conta que está a ser lançado esta proposta para uma operação de Reabilitação Urbana em que se abre a hipótese, também, de algumas habitações cujo proprietário não consiga fazer a reabilitação do seu imóvel a Câmara Municipal possa tomar posse administrativa ou mesmo expropriar o imóvel, tendo em conta a legislação em vigor.

Disse, Sra. Presidente.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada mais alguma questão?

Tem a palavra Dulce Marques, pelo PS."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Boa noite a todos e a todas.

O ano de dois mil e dezoito é o Ano Europeu do Património Cultural, como sabemos, um pouco por toda a Europa é celebrado este ano com iniciativas que apelam ao envolvimento das pessoas ao seu Património Cultural, ao seu reconhecimento e valor.

O Património Cultural é suposto aproximar as pessoas umas das outras e contribuir para as sociedades mais coesas, gera crescimento e emprego nos municípios, contribui para um desenvolvimento económico e social e sustentável.

Por coincidência ou não, surge a necessidade da aprovação desta operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela - ORU, sob a pena de caducidade da área de Reabilitação Urbana de Palmela. Recentemente, por questões pessoais, realizei uma reunião no Gabinete do Centro Histórico, fui muito bem recebida, muito bem acolhida, a simpatia e disponibilidade de todos os técnicos, flexibilidade de horários, no entanto apercebi-me de algumas questões. Apercebi-me por um lado da falta de acesso a informação, ou da inexistência da informação acessível em termos de apoios, de programas, incentivos, realmente existentes para a reabilitação do edificado, a informação não está clara, não é facilmente percetível e por outro lado da informação limitada que também os técnicos poderão dar a quem a estes recorre, sobre o que é que será possível, ou não, realizar a nível da reabilitação e até alteração do edificado, não há questões muito claras, não há essa informação muito definida. Quando saí, se calhar, não estava assim tão bem informada apesar de toda esta disponibilidade, e para mim é clara a necessidade de serem criados estes mecanismos de informação através da criação, não sei, de *flyers*, plataformas digitais e do que entendermos, que sistematizem todos estes apoios existente e por outro lado que clarifiquem com exemplos muito concretos, claro que na medida das possibilidades, o que é que é realmente possível realizar de modo a evitar ou obviar gastos em projetos de arquitetura, por exemplo, um vaivém se necessário e até moroso.

Com esta operação e os objetivos que estão aqui espelhados no documento e apresentados no projeto operação de reabilitação urbana, pensamos que estas lacunas serão trabalhadas a bastante longo prazo é certo, dez, quinze anos, mas já é um caminho e é com satisfação que tencionamos votar favoravelmente esta operação como forma de preservar e incentivar à preservação do património existente em Palmela e também assim celebrar este Ano Europeu.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma intervenção mais?

Tem a palavra PSD/CDS, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Já falámos várias vezes que na questão da discussão pública muitas vezes os munícipes não se apercebem, às vezes nem nós quanto mais os munícipes, cidadãos comuns que vão para o trabalho e vêm altas horas da noite.

Relativamente à página trinta e sete nós já tivemos aqui uma delimitação maior, eu penso, continuo a dizer que nestes mapas que juntam às propostas só se for para nós não lermos mesmo, eu convido todos a

verem a página trinta e sete e a ver o que é que concluem daí. É certo que podemos pedir o processo, podemos fazer muita coisa, mas eu continuo a dizer que isto não é mapa que se apresente numa proposta, mas isso é a parte negativa, agora vamos à parte positiva.

Votaremos favoravelmente esta proposta, se bem que há aqui casos que levantamos aqui algumas sugestões.

Na questão que aqui a colega de Bancada do PS falou, na página dezanove fala aqui mesmo em promover ações de sensibilização e divulgação do novo quadro, mas é o novo quadro, eu quero aqui dizer aos Socialistas que sou colega de Bancada, mas não sou do PS, já para esclarecer que eles já se estão a rir. Então aqui na questão das ações de sensibilização e de divulgação, eu penso que isto é mais ou menos como as campanhas de sensibilização ambiental, eu não sei onde é que elas andam porque elas não se vêm por aí, acho que aqui isto faz parte da proposta, acho que tem que ser amplamente divulgado. Depois há aqui uma parte da questão da isenção que também têm que ser esclarecidas as pessoas quando entrarem nisto que é na página trinta e um *"Em caso de não se verificarem os pressupostos para a sua atribuição* (direi isenção ou redução das taxas municipais) *designadamente de subida de dois níveis nos estado de conservação do prédio urbano ou fração a concessão de autorização/alteração de utilização ficará pendente do pagamento integral das taxas devidas caso não fossem aplicados os benefícios"*, eu acho que isto, oh! Sr. Presidente, não faça assim que eu sei ler e estou esclarecida, o que eu estou a dizer é que quando os cidadãos entregarem os projetos eu penso que estas advertências devem ser feitas numa nota explicativa para que as pessoas não andam a ler quarenta páginas, Sr. Presidente, diz-nos a experiência, portanto há aqui alguns pontos essenciais da mensagem que a Câmara terá que transmitir aos munícipes estes factos mais importantes para não haver como aquilo que nós dizíamos, às vezes, nas urbanizações que era publicidade enganosa. As pessoas vão pensar que têm isenção de taxas depois não sobem os dois níveis, é como os seguros não leram as letras pequenas e depois está tudo comprometido, é só essa chamada de atenção mas votaremos favoravelmente, até porque na página nove também explana bem os pontos críticos do processo de conservação, eu até tenho pena que isto não tenha existido há mais anos porque, se calhar, não tínhamos algum tipo de urbanização tipo vivendas no Centro Histórico que não têm nada a ver com o nosso Centro Histórico, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções? Tem a palavra o MIM."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Eu perante o MIM, irá votar favoravelmente em relação a esta matéria e deixamos, também, seja o ponto quatro, seja ponto cinco, seja a nível de Palmela ou Pinhal Novo, enquadram-se, ou seja o de para um ou para outro, votaremos os dois favoravelmente porque achamos que é uma mais-valia para o Centro Histórico, para as reabilitações urbanas e por isso o MIM irá votar seja o ponto quatro, seja o ponto cinco favoravelmente.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então Sr. Presidente, alguma informação sobre as questões colocadas?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, muito obrigado Sra. Presidente.

Sr. Carlos de Oliveira a questão que colocou é um bocadinho extemporânea desta proposta, mas ainda assim percebo e vou responder. Eu não falei em aquisição de habitações para, eu falei que vamos abrir no último trimestre do ano inscrições para a atribuição de habitação social de acordo com os critérios que foram aprovados por este órgão e teremos, em princípio, seis habitações para o efeito. Posso também adiantar-lhe que em dois mil e dezasseis adquirimos dois fogos novos que não resultou na atribuição a duas famílias, porque tivemos de realojar outras que cresceram. Também há esse fenómeno, cresceram, tiveram de ser separadas e metidas em casas com outras condições e que estamos a fazer obras para então termos no final do ano, eventualmente, a possibilidade de abrir então concurso para seis fogos municipais. Inicialmente pensámos que não era necessário ter a tipologia dos fogos, bastava a lista ordenada de acordo com os critérios, porque as pessoas são ordenadas pelas capitações que estão nos regulamentos, mas é necessário também, segundo o nosso Gabinete Jurídico, identificar a tipologia das habitações que estão em concurso. Quanto às percentagens que referiu, não sei se eram percentagens relativamente à habitação social municipal ou se eram percentagens de fogos reabilitados, que é outra coisa distinta, não consegui perceber ao que se referia. No entanto, quem consultar o site do município na habitação municipal tem indicação do número de fogos que são propriedade do município e depois há um conjunto de outras respostas de habitação social que não são fogos de propriedade municipal, mas que é o regime da renda apoiada, que há também um conjunto de famílias que estão em habitações que são alugadas pelo município no regime de renda apoiada.

Quanto à questão que aqui estamos a analisar e das ORU's percebo, naturalmente, o enquadramento feito pela Sra. Membro da Assembleia Dulce Marques, o enquadramento e a intenção, mas a informação existe e existe também no site, inclusivamente até existe num capítulo denominado reabilitação urbana, que tem uma linguagem muito simples e acessível, ditas as percentagens que são atribuídas para a reabilitação em várias circunstâncias desde a ocupação do espaço público, a obras de ampliação, a obras de conservação, a ampliação contida, está aqui tudo explicitado e as percentagens.

Às vezes os problemas são o nível da interpretação do nível das melhorias, mas isso há que trabalhar com técnicos, porque também se for ao IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, que é o organismo que diz como é que é, e em todo o lado esta questão da elevação do nível de conservação, do bem estar até a questão de eficiência energética, quer dizer se as pessoas fizerem uma reabilitação de cosmética e a casa continuar a não ter condições térmicas, continuar a não ter uma casa de banho em condições, isso não é reabilitar, isso é conservar, pintar e tal, tapar ali, fazer a cosmética, e estes incentivos são dados para efetivamente quando há um investimento na qualidade da habitação, isto é o mínimo exigível. Nós teremos oportunidade de fazer agora uma grande campanha de divulgação que só podíamos fazer depois da aprovação. Nós já temos a campanha, o plano de comunicação montado, espero que no próximo Boletim Municipal saia já alguma informação sobre o assunto e temos o compromisso, como, aliás, penso que é referido nos prossupostos da proposta de fazer sessões de esclarecimento, porque a própria informação do IFRRU, porque há bancos disponíveis para o financiamento destas operações, já está no nosso site há dois meses na parte do separador sempre a circular, já houve investidores, já houve proprietários que nos contactaram. Com este instrumento aprovado, com um conjunto de outras medidas que ainda temos internamente que afinar, que é para termos também ali mediadores e um tipo de uma via verde, enfim, gente dedicada a esta linha de trabalho que requer alguma especialização, paralelamente ao plano de comunicação que vamos fazer eu creio que as questões serão amplamente divulgadas e serão bem explicitadas. Agora quanto o Centro Histórico dizer que aquilo que o município já faz há alguns anos, que é considerado, aliás, uma boa prática, já não é único, há muitos anos era dos escassos municípios que tinham respostas destas no país, a generalidade dos proprietários do Centro Histórico conhecem-nas, o problema começa quando chegamos ali o nível técnico faltam, às vezes, também equipas técnicas de várias especialidades que consigam também tratar bem os seus clientes, isto não é fazer um projeto para entregar e depois aquilo volta tudo para trás. A dificuldade às vezes não é só do cidadão comum ler os regulamentos, há técnicos que, às vezes, eu acho que não querem ler mas isso é outra coisa, mas nós vamos criar, não lhe quero chamar balcão, nem uma via verde, mas vamos criar uma linha de atendimento especializada só para estas questões da reabilitação. Oxalá haja quem empreenda e quem queira efetivamente fazer esta reabilitação, com este conjunto de incentivos que já é alguma coisa, já é apetecível, mas isto requer, como diz, e bem, uma grande divulgação, uma grande sensibilização porque, infelizmente, ainda há muita gente

que continua e, se calhar, o facto de o imobiliário ter começado de novo a mexer e eu já senti isso numa área de um Plano de Pormenor, desistiu de fazer voltou-se para o reabilitar e agora aqui está a mexer outra vez, já não quer reabilitar, já quer vender outra vez e isso é que me preocupa. Se for vender para ser reabilitado tudo bem, mas há muita gente que quer é vender para deitar abaixo e fazer de novo e isso no Centro Histórico não vai acontecer, certamente, com facilidade, mas, por exemplo, na zona da ARU do Pinhal Novo essa tendência voltou a acontecer e só não é visível porque as regras do município são hoje mais apertadas do que eram no passado para uma lógica de quarteirões e de unidades de execução que temos na zona sul. Há aqui um aspeto que possivelmente os senhores também não observaram, mas que passou um bocadinho, se calhar, despercebido é que comparativamente com outras medidas que já tínhamos de uma campanha de reabilitação urbana, que arrancámos com ela em dois mil e onze/dois mil e doze no caso de Pinhal Novo, e já estou a falar da proposta seguinte, nós estendemos um bocadinho a área de intervenção à zona norte, e qual é o papel dos municípios nisto? Os municípios têm de acompanhar estes processos, mas têm de fazer trabalho de reabilitação também no espaço público, têm de dar estes incentivos, mas têm também trabalho específico e nós estamos a reabilitar. Quando reabilitamos a rua Serpa Pinto, estamos também numa operação de reabilitação urbana, aliás as nossas candidaturas integram-se no PARU – Plano de Ação para a Reabilitação Urbana, se quisermos alterar pavimentos nalgumas zonas, também da zona sul ou mesmo da zona norte, naquela baixa comercial que há em torno da avenida da Liberdade em Pinhal Novo, também temos para ali projetos que são projetos de reabilitação urbana e isso é um investimento municipal, que vai desde eficiência energética à melhoria das infraestruturas, dos pavimentos e do espaço público, os particulares vão ter este conjunto de incentivos que é para ver se as coisas são contagiantes e se mobilizamos. Mas garanto-vos que, a partir daqui, depois desta aprovação o próximo passo é, de facto, uma grande campanha de informação, vamos ter *flyers*, vamos ter em formatos digitais, em formato papel, sessões de esclarecimento, que foi esse o nosso compromisso já no passado, em cada um dos locais para levar os proprietários a conhecerem melhor estas medidas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então eu pedia que fossemos mais rápidos são onze e meia."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Página vinte e sete linha dois diz discordo deve de ser desacordo, é só alterarem esse erro de escrita."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Página vinte e sete do regulamento, estamos a falar da primeira proposta."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Quarto parágrafo, de Palmela."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não estou a ver essa expressão."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"*Os apoios e benefícios serão sempre que se verifique que a obra se realizou em desacordo com o projeto aprovado"*, desacordo tem aí um erro de escrita e só alterar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ajude-me a identificar a página porque eu aqui na minha não tenho."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É um pormenor que se pode ver no final se não se importa Sr. Presidente.

Então sobre esta proposta, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

PONTO CINCO – Área de reabilitação urbana de Pinhal Novo – Operação de reabilitação urbana (ORU).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Relativamente à proposta seguinte, eu acho que não há muito mais a acrescentar, Sr. Presidente, pergunto aos Srs. Membros da Assembleia, se há alguma questão?

Muito bem, tem a palavra, Sr. Membro da Assembleia António Godinho."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes.

Gostaria de fazer uma pequena intervenção dizendo o seguinte: relativamente ao assunto deste ponto da ordem de trabalhos "Operação de reabilitação urbana de Pinhal Novo", a importância desta operação ficou logo bem evidenciada no primeiro parágrafo da proposta, que esta Assembleia recebeu, onde se afirma a necessidade de existir e passo a citar "*políticas de incentivo à reabilitação designadamente nas áreas de maior concentração populacional cuja degradação física do edificado e consequentes condições de segurança/salubridade e habitabilidade, prejudicam a imagem e segurança desses locais"*, fim de citação.

Neste texto que citei, está exposto de maneira bem concreta e objetiva a importância da ORU para o Pinhal Novo. Depois de ter sido definida a delimitação da área de reabilitação urbana do Pinhal Novo em dois mil e quinze, inicia-se três anos depois e quando faltam dois meses, também, para a caducidade da referida delimitação o processo que levará operação de reabilitação urbana chamado ORU, e o intervalo de tempo parece-me um pouco excessivo mas poderá compreender-se no quadro de haver prioridades mais prementes.

Integrado no município de Palmela, no plano estratégico de desenvolvimento urbano a operação de reabilitação urbana do Pinhal Novo é um instrumento de primordial importância para a requalificação da malha urbana da vila, em especial na zona "A" da área abrangida para a referida reabilitação urbana já que é aí que encontra a zona mais antiga e também mais degradada do Pinhal Novo, com muitas casas devolutas e em muitos casos em irreversível estado de degradação.

Quando a ORU propõe que o foco da sua atuação incida na promoção e reabilitação de edifícios degradados, também na promoção de sustentabilidade ambiental e igualmente no garante de promoção e valorização do património cultural na promoção da melhoria da mobilidade e na adoção de critérios de eficiência energética, está no caminho certo para promover uma visão holística do que deverá ser uma reabilitação urbana. No entanto, tudo isto poderá cair por terra se o programa de incentivos e apoios, principalmente no

que se refere a intervenção e casas de particulares não for suficientemente atrativo para os mesmos fazerem as obras necessárias.

As medidas inscritas na ORU parecem dar um conjunto suficientemente interessante de apoios para os proprietários, no entanto só quando as medidas estiverem no terreno será claro se terão sucesso ou não. Neste âmbito, é fundamental a qualidade e a pertinência da informação prestada. Está prevista a criação na página da Internet do Município de um ponto de referência à reabilitação do concelho em que se disponibiliza toda a informação bem como a divulgação do programa ORU junto de todos os agentes interessados, incluindo associações de inquilinos e proprietários. Em complementaridade a esta estratégia da Câmara Municipal de informação, seria pertinente pensar-se numa forma de contactar diretamente os proprietários das casas que evidenciam uma necessidade de intervenção mais urgente, se possível for num sistema de porta-a-porta de maneira a que numa linguagem simples e clara seja transmitido, aos referidos proprietários, o conjunto de incentivos e apoios que o município disponibiliza, sendo eventualmente importante ouvir esses proprietários as razões que os levam a não realizar em muitos casos as obras necessárias, já que nem todas essas razões poderão ser de caráter financeiro.

Em suma, esperemos todos que a Operação de Reabilitação Urbana do Pinhal Novo, onde eu vivo há mais de vinte anos e sou parte interessada, estará concluída num prazo máximo de quinze anos, a partir do momento em que seja publicado em Diário da República, e permita a cada um dos habitantes desta Vila abrir as portas da segunda metade do século XXI com a certeza que escolheram um excelente local para viver, esperemos todos que assim seja e que seja um êxito a esta reabilitação urbana.

Pelo exposto, o PS vai votar favoravelmente a presente proposta. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra agora ao Bloco de Esquerda, por favor, Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito obrigada, cumprimento a Sra. Presidente e todos os presentes nesta noite aqui, em seu nome.

O Bloco de Esquerda votará também favoravelmente esta proposta, no entanto, Sr. Presidente, aceite a minha recomendação que lhe vou fazer como um critério de melhoria acreditando que estamos aqui todos para crescer e para nos tornarmos cada vez mais exímios e perfeccionistas.

Mas convidava todos a irem até à página trinta e dois do documento, para analisarmos mais uma vez o mapa e gostaria só de sugerir que se não é possível ler a legenda do mapa, a pertinência do mapa e a sua atualização para os Membros desta Assembleia torna-se nula. Sendo assim é o segundo mapa apresentado em que a legenda não é possível de ser lida, e como tal a recomendação que faço é que haja um cuidado em relação aos mapas que são colocados e postos nos propostas bem como todos os outros gráficos que foram analisados e que deve de haver alguma sensibilidade e cuidado também, é uma recomendação.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem agora a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu peço desculpa há pouco o comentário que fiz da página vinte e sete, estava aqui com as propostas trocadas, é relativamente a esta por isso é que Sr. Presidente não encontrava."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A questão do texto? Sim muito bem.

Mais alguma questão?

Sr. Presidente, alguma observação? Pedia-lhe que fosse rápido."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não tenho nada a acrescentar Sra. Presidente.

Relativamente aos mapas, isto foi a formatação da proposta não sei se na Câmara tinha mapas a cores ou maiores, não sei quando isto é distribuído no cd se é possível abrir, ampliar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não, só vêm assim."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Temos que ver uma solução, porque alguns destes mapas às vezes até vêm para nós em A3, também podem ser digitalizados."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu penso que na versão impressa, já noutros tempos tivemos esse problema, se calhar não se justifica muito até porque o número de impressões é imenso, os mapas maiores são muito mais complexos agora, provavelmente, na versão digital sim, e aí quem tem curiosidade vê.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

(gravação não audível, o micro não captou a intervenção)

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, se estiver acessível na nossa página, de facto, não precisa de ser reproduzido. Um mapa com leitura, de facto, em termos de papel é uma coisa mais exigente e torna cada folha uma coisa caríssima, mas não é necessário isso, hoje nós temos outros mecanismos penso que se vai tentar acautelar.

Então sobre esta proposta, votamos?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Estamos a caminho da meia-noite, era importante que tentássemos terminar o mais perto possível da meia-noite, isto é, dito de outra maneira, não muito longe.

Pedia ao Sr. Presidente que ao passarmos às propostas seguintes, fosse tão sintético e tão breve quanto possível."

PONTO SEIS – Alteração ao Plano Diretor Municipal - Ribeira da Salgueirinha, Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Esta proposta também parece simples, trata-se de uma Alteração ao Plano Diretor Municipal por via a necessidade de intervenção na Ribeira da Salgueirinha, com o objetivo de permitir a concretização das intervenções e as melhorias a realizar neste curso de água e é uma alteração decorrente do projeto de execução do estudo de impacte ambiental já elaborados pelo município, e que também já estiveram em apreciação e acompanhamento pela Agência Portuguesa do Ambiente desde dois mil e quinze. Houve necessidade de fazer esta alteração simplificada ao PDM, houve também a devida discussão pública e não foram apresentados contributos pelo que se propõe que seja aprovado para darmos seguimento depois à intervenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Questões? Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora, esta é que é a proposta do CD, Sr. Presidente, as anteriores não vinham em CD. Eu sinceramente não vou conseguir votar esta proposta favoravelmente talvez, também, por culpa minha porque não consegui pedir os elementos e, como tal, eu pessoalmente vou-me abster dando liberdade à minha Bancada. "

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas o que é que significa? Não conseguiu abrir?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não, não consegui abrir."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, sim senhora."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em todo o caso sempre direi Sra. Presidente permita-me discordar há pouco da observação, porque é assim se as propostas escritas ficam arquivadas no gabinete da Assembleia Municipal eu penso que elas têm que ser legíveis."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas isso é um documento nada impede que seja assim, só me refiro à reprodução de trinta e tal mapas."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Queria aqui fazer uma sugestão à Mesa, já agora, uma vez que há Comissões, ainda não sei se já se reuniu alguma, mas penso que não, a nossa também não, e que têm distribuídos a cada Comissão as áreas de que algumas propostas aqui fazem parte, eu penso que nestas questões mais significativas, quer de PDM, quer de urbanismos, estas questões mais complexas, que a própria Comissão podia emitir um parecer e fazer um estudo, é assim que fazem outras autarquias, por exemplo Setúbal e, depois, vir também, claro que isto tinha que ser feito com tempo não pode ser numa semana, não é com cinco dias, quando nos dão os documentos, depois essa conclusão, ou esse estudo prévio, ou essas sugestões, vá lá dúvidas, não são sugestões porque isto já esteve em consulta pública, também à conferência de líderes. É assim que estas questões mais complexas se costumam trabalhar noutros municípios, ou seja, não estamos aqui a ler três folhas da proposta, uns viram o CD, outros não viram nada, e levantamos braço no ar e votamos, acho porque isto merece um estudo mais aprofundado. É uma sugestão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas, Sra. Membro da Assembleia."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É uma sugestão, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Terminou?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas não quer dizer que seja acatada pela Mesa. É uma sugestão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Primeira coisa muito simples é, quando recebem um documento que não conseguem por alguma razão ler, abrir, nomeadamente em formato digital, a primeira coisa é dizer aos Serviços da Assembleia porque isso tem logo solução. Primeira questão, ou seja, se detetou que não conseguia abrir e queria abrir, colocava-se a questão à Assembleia e encontrar-se-ia uma solução. Isto é a questão prática, aquilo que está a dizer é uma outra coisa, é uma questão de fundo, naturalmente.

Sim, senhora fica a sua opinião e relativamente aos Membros das Comissões todos são livres de requerer o seu agendamento, podemos sempre fazê-lo. Neste caso em concreto e na fase em que estas propostas nos chegam depois da discussão pública, etc., não me parece que é acrescente muito, mas é sempre pertinente e será sempre que possível, pode sugerir.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão?

Mas repito o que disse, tornar acessível aos Membros da Assembleia hoje com os meios que estão à nossa disposição não passa por termos aqui um mapa em papel, em formato nem sei se o A3 daria uma leitura legível, que não daria, nem o A3 daria essa leitura legível, não passa forçosamente por isso. Há outros meios é sobre isso que devemos conversar e analisar e cada um consulta através dos meios que ficarão à disposição.

Então vamos votar a proposta número seis, Alteração ao Plano Diretor na zona da Ribeira da Salgueirinha."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu só me esqueci de uma pequena pergunta. O Sr. Presidente há pouco na questão das expropriações, será que isto também teve alguma coisa a ver com isso, não chegou a responder."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não tem que ver com esta proposta, mas quero dizer-lhe que quando falei no reforço por causa das expropriações nós aprovámos declaração de utilidade pública para alguns que não conseguimos negociar dentro dos valores da avaliação e que estão para despacho do Sr. Secretário de Estado mas, entretanto, tivemos necessidade de ir avançando porque esse processo vai demorar. E estamos, como lhe disse, em vias de na próxima semana voltar a abrir novo procedimento para a obra da Ribeira da Salgueirinha e no âmbito das negociações que, entretanto, conseguimos encetar mesmo com essas pessoas mais renitentes, chegámos a acordo com valores ligeiramente superiores àqueles que eram o nosso ponto de partida, mas também inferiores àqueles que era o ponto de partida da outra parte e que necessitámos de reforçar em cerca de catorze mil euros."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, agora sim votamos o ponto número seis."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ora, ponto número sete Sr. Presidente."

PONTO SETE – **Contratos Interadministrativos para a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – alteração.**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Muito sinteticamente dizer que com estas quatro Freguesias, duas Freguesias e uma União de Freguesias este Contrato Interadministrativo para manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados, teve como motivação proceder à atualização do valor por quilómetro que já não era mexido há alguns anos, passou para quinhentos e vinte e três euros e setenta e cinco cêntimos por quilómetro linear, mas que simultaneamente foram atualizados os mapas dos caminhos não asfaltados do que resultou, nalguns casos, aliás resultou em todos os casos, numa redução do número de quilómetros por Freguesia, o que significa que temos alcatroado alguns e, portanto, houve essas afinações. E de toda a justiça fazer esta contratualização com base nos caminhos que efetivamente hoje estão por tratar e fazer aqui uma

atualização que passou de quatrocentos e oitenta e qualquer coisa, que não consigo agora precisar, para quinhentos e vinte e três setenta e cinco o quilómetros, isso significa que deveremos ao fazer esta atualização que deveremos transferir para cada uma das juntas de freguesia os valores que constam aí na proposta. Isto tudo junto atinge um valor, para esta área, de duzentos e dois mil seiscentos e trinta e oito vírgula oitenta e sete, naturalmente isto é retroativo a janeiro, esta atualização depois que é feita por duodécimos, há de ser feito o acerto com cada uma das freguesias.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, quero apresentar os meus cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, aos restantes Membros dessa Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras e Vereadores de oposição, aos caros Colegas da Assembleia, aos técnicos da Câmara hoje aqui presente em funções, ao vasto público a assistir a esta Assembleia, hoje bem representado por uma Senhora.

Em relação aos números finais desta proposta, verificamos aqui que o Executivo fez um esforço para não diminuir os valores a transferir para as freguesias, que têm este protocolo, por ter a consciência da injustiça que seria diminuir os mesmos. Então, entre um mete e tira ficou tudo na mesma mas continua a haver alguma injustiça para o lado das freguesias. Eu gosto de falar de coisas concretas e com números.

Diz o Sr. Presidente que a atualização teve os seguintes critérios, não disse aqui disse na reunião de Câmara, houve alguns aceiros que foram alcatroadas muito bem mas houve uma compensação um aumento de quatrocentos e oitenta e três para quinhentos e vinte e três euros, por quilómetro. Mas eu quero-lhe dizer Sr. Presidente, que até dois mil e treze o valor considerado e pago pela Câmara às Juntas era de quinhentos e oitenta e cinco euros por quilómetro e chegou a ser quinhentos e oitenta e sete euros por quilómetro em dois mil e nove, o Sr. Presidente pode lá conferir isso. Diz o Sr. Presidente que também considerou o aumento dos combustíveis, manutenções, mas que o tout-venant até nem aumentou, por acaso vai aumentar e muito porque todos os inertes vão aumentar, tout-venant de primeira, de segunda, britas e areia, porque está a haver cada vez mais procura e porque a maior parte das pedreiras do país muitas, não digo a maior parte mas muitas por esse país fora, faliram, areeiros também, nós não precisamos de ir longe vamos a Sesimbra o maior empreiteiro Teodoro Alho, Urbiterras e outros fecharam as pedreiras e faliram e no nosso território também o areeiro da Serralheira também fechou, os inertes vão subir e não há de ser pouco. Diz o Sr. Presidente, que considera também que, de facto, e considerou, que há a manutenção dos equipamentos e que são bastante caros, por exemplo, a manutenção das motoniveladoras são muito caras já para não falar na amortização do tempo de vida dos equipamentos e claro dos combustíveis.

Mas voltando a este protocolo em relação à União de Freguesia do Poceirão e da Marateca que algumas pessoas do concelho, e o Sr. Presidente também, gostam de dizer apenas que tem mais caminhos mas o que se deve dizer também é porque são dois terços da área do nosso concelho, digo isto há muitos anos e há pessoas que não gostam de ouvir, e que recebiam por exemplo em dois mil e nove, estas duas freguesias que hoje fazem parte da União de Freguesias, recebiam deste Protocolo da Rede Viária da Câmara de Palmela a Freguesia do Poceirão tinha na altura cento e setenta e nove quilómetros de aceiros e recebia por quilómetro quinhentos e oitenta e sete ponto setenta e oito e recebia num total de cento e cinco ponto duzentos e três euros ou seja, cento e cinco mil duzentos e três euros, mais ou menos o que recebe agora as duas freguesias e a Freguesia da Marateca tinha em dois mil e nove, setenta quilómetros de aceiros e recebia mais de quarenta mil euros. Ou seja estas duas Freguesias recebiam em dois mil e nove com um total de duzentos e quarenta e nove quilómetros de aceiros, cento e quarenta e sete mil euros/ano, hoje recebem menos cerca de trinta por cento que recebiam em dois mil e nove. Ora para que tudo isto possa bater certo, ou pudesse bater certo, era preciso que nos últimos nove anos, entre dois mil e nove e dois mil

e dezoito, a Câmara tivesse asfaltado setenta e cinco quilómetros de aceiros naquelas duas Freguesias. Mas não, porque se tinham em dois mil e nove, duzentos e quarenta e nove quilómetros de aceiros e agora com a atualização cartográfica dá-nos duzentos e nove quilómetros, então só foram asfaltados naquelas duas Freguesias, cerca de quarenta quilómetros. Logo senão cortaram no serviço às populações haverá aqui um prejuízo de certa forma para as Freguesias. Isto são os factos com números reais e como diz o ditado *"Os números são como o algodão, não enganam"*.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, porque a Câmara resistiu à tentação de reduzir os valores e deu um aumento ao valor por quilómetro, ainda assim ficando esse valor inferior a anos anteriores, mas apela ao Executivo e à experiência própria do Sr. Presidente da Câmara, que foi Presidente de Junta, de valorizar sempre a importância destes Protocolos com valores concretos para que as Freguesias possam satisfazer sempre melhor os seus fregueses.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre este tema?

Então pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer intervir."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, Sra. Presidente, as questões foram negociadas com as Juntas, os argumentos foram apresentados, admito outras opiniões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos então votar se não há outras questões."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte, não sei se tem alguma coisa a acrescentar Sr. Presidente."

PONTO OITO – Contrato Interadministrativo para a limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas – alteração.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se também de uma alteração ao Contrato Interadministrativo para limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas, é um contrato interadministrativo exclusivamente com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Neste caso concreto, foram feitas avaliações de mercado de quanto é que custaria para os quilómetros a desmatar com uma berma de cerca de um metro e meio e os preços de referência apontaram para valores que permitem aumentar em quatro mil euros o protocolo que havíamos celebrado no ano anterior e como

foi dito no ano anterior tratava-se de uma experiência e também tinha sido dada a possibilidade à União de Freguesias de quando esgotasse aquela verba dos dez mil euros, parar e poder, enfim, analisar com a Câmara o que fazer quando considerasse que aquela verba era insuficiente.

Este ano para a preparação deste instrumento de delegação de competências como vos digo, foram pedidos preços de mercado e aquilo que o mercado nos solicitou foi o preço que utilizámos como valor de referência para chegar a este valor, dá cerca de catorze mil euros a descentralizar para a Freguesia fazer a desmatação das bermas nas estradas municipais asfaltadas para evitar ter que ir uma máquina da Câmara deslocar-se alguns quilómetros por essas freguesias fazer esse tipo de trabalho e tanto mais que, no caso concreto, esta União de Freguesias possui bom equipamento e que assim fica bem aproveitado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então sobre esta proposta, alguma questão? Tem a palavra José Manuel Silvério, Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Em relação a esta proposta, Sra. Presidente, quando ela foi aqui aprovada em vinte e sete de junho de dois mil e dezasseis, tive oportunidade de dizer que o valor anual de dez mil euros atribuído para este serviço numa região tão vasta que era muito pouco. O Sr. Presidente disse que era uma estimativa grosseira e que se fosse gasto mais pela União de Freguesias retificaria esse valor e já agora num aparte não gosto de ouvir um argumento que o Sr. Presidente utilizou para a justificação deste protocolo, na reunião de Câmara, quando disse que era para rentabilizar os equipamentos e pessoal que a Junta lá tem. As Juntas do nosso Concelho não têm máquinas e pessoal parado à espera que a Câmara lhe dê trabalho e o senhor sabe isso melhor que ninguém porque foi Presidente de Junta.

Prosseguindo sobre este protocolo, vejo que este contrato faz passa de dez mil para catorze mil euros, não sei quais os critérios de avaliação que foram acordados entre a Câmara e a Sra. Presidente daquelas duas Juntas mas decerto foi por um valor mínimo, que é tão pormenorizado que deu treze mil novecentos e tal euros, mas que na minha opinião continuará a ser muito pouco para cobrir o tempo gasto nestas intervenções, na matéria prima, com a matéria-prima necessária e nos desgaste dos equipamentos.

Para além de obrigar a União de Freguesias, isto é muito importante, a fazer tudo por um valor mínimo correndo alguns riscos, pois tenho visto este serviço ser feito pela Junta apenas por um operador de máquina com este a manobrar dentro das vias quando está a limpar as bermas, pelo menos eu vi sempre só um operador, sem nenhum aviso pondo em risco o funcionamento regular do trânsito particularmente em zonas de curvas. Como o Sr. Presidente sabe um serviço destes feito pela Câmara, ou por um empreiteiro qualquer, implica em que o manobrador que anda a limpar as bermas, o manobrador da máquina, tenha mais duas pessoas a acompanhar o serviço para regular o trânsito nos dois sentidos, assim como ter a devida sinalização vertical de prevenção ao trânsito e àquele serviço que está a ser efetuado.

Por isso, permita-me Sr. Presidente que use uma expressão popular, e peço desculpa por isso, pela própria expressão, e que é uma expressão que se costuma dizer "Não seja tão unha de fome", e de futuro atribua a este contrato um valor justo que nunca será menos de vinte e cinco mil euros por ano, para mais quando o Sr. Presidente afirma que o município tem uma saúde financeira invejável.

Desta forma, o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta porque tem a certeza que o Sr. Presidente e o Executivo ficam conscientes da razão e no futuro vão melhorar este contrato mais uma vez.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão sobre este tema?

Sr. Presidente, quer acrescentar alguma coisa?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, duas notas. Em primeiro, uma interpretação que o Sr. José Manuel Silvério faz daquilo que eu disse é por sua conta e risco, naturalmente, a minha intenção não é considerar que a Junta tem gente desocupada, pelo contrário e conheço bem o trabalho da Junta. Agora há, de facto, Juntas sobretudo devido ao grande investimento feito em maquinaria e equipamento pela Freguesia do Poceirão que têm equipamentos que tomara muitas Câmaras terem.

Depois, dizer-lhe que se nós temos feito uma empreitada para o mesmo efeito pagaríamos aquilo que aqui está, porque foi o valor que a empresa nos apresentou.

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Mas depois não aceitava a proposta, mais outra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Isso é o senhor que já faz futurologia, porque se nós pedimos um orçamento a uma empresa se, aliás, estamos a alugar e estamos a fazer trabalho com uma empresa na parte que nos compete fazer em Pinhal Novo, Quinta do Anjo e até ao Lau, com uma máquina alugada, estou a dizer-lhe que foram os preços que nos foram apresentados, são preços de mercado.

Depois, também, gostava que fosse feito um exercício e procurar conhecer noutros municípios quem tem o mesmo tipo de competências delegadas, quais são os valores e se alguns têm este preceito que os nossos contratos interadministrativos e contratos de execução têm, que é a possibilidade de quando é feito o trabalho a mais, ou quando se esgota, poder haver acerto de contas. Isso não vem à Assembleia Municipal, mas amiúde levamos à reunião de Câmara acerto de contas, quando se faz mais calçada, quando se faz mais toponímia, quando se faz mais do que aquilo que está no protocolo e, portanto, este é um princípio de boa-fé que pretende nunca prejudicar a Autarquia/Freguesia.

Por último, um apelo dado que se fala muito em descentralização de competências e revisão da Lei das Finanças Locais, que isto tudo de uma vez por todas, fique clarificado e que fique também no âmbito das competências próprias e com financiamento direto do Orçamento Geral de Estado para que as Freguesias deixem de andar às vezes, parece que andam a mendigar ou que isto depende da boa vontade das Câmaras. Se no passado já houve protocolos, chamemos assim para toda a gente entender, com valores mais generosos também havia outras coisas que fazíamos de outra forma mais generosa, mas revimos, revimos procedimentos, revimos custos e até por via de obrigações legais, porque dantes também havia nesses protocolos que o senhor refere verbas para custos administrativos da execução dos protocolos e a atual legislação não permite isso e, portanto, estes contratos e estes acordos de execução têm que ser realizados numa base de transparência, de análise de custos e, inclusivamente, diz o legislador que não deve resultar em aumento de custos, mas isso é o legislador, devia ser mais barato do que aquilo que custa ao exercício da competência pela Câmara, é o que lá está no espírito da lei setenta e cinco/dois mil e treze, e, portanto, nós estamos sempre disponíveis para ir fazendo acertos, para ir fazendo melhorias, mas com base também em critérios transparentes com a avaliação do trabalho, com as grelhas de execução e fazendo os acertos às Juntas que efetivamente acabam por fazer mais do que aquilo que estava inicialmente protocolado e isso é um bom princípio, porque é um princípio que não prejudica nenhuma das partes.

Isto é escrutinável, ou que pode vir a ser escrutinável esta questão dos protocolos, como já foi noutros municípios por parte de inspeções e por parte do Tribunal de Contas, eu acho que a fundamentação dos custos foi feita possivelmente, eu aqui na proposta não a vejo mas sei que nas informações técnicas elas estavam com os preços de referência, foi isso que procurámos fazer. Também durante muitos anos, pagámos às Juntas e possivelmente, por lapso, no caso da calçada pagámos conservação e reposição ao preço de calçada nova e tivemos que corrigir os valores, portanto, é normal que tenha havido reduções.

Agora, neste caso concreto da desmatação a Junta tem condições para fazer um trabalho mais eficaz e mais próximo e mais célere do que a Câmara, utilizando maquinaria que tem, que dispõe e que faz, de facto, competindo até que os preços das empresas que lhe referi e foi esse o valor de referência e quando se acabar a verba cá estamos para a fase seguinte."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão sobre este ponto?

Sra. Membro da Assembleia, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"""Eu, por acaso, concordo com a intervenção ali do colega da bancada do PS na medida em que isto acaba por ser um ato administrativo que deve ser fundamentado e, portanto, para mim o critério deve ser englobado aqui na proposta. Como é que eu hei-de dizer, não me choca juntarem isso à proposta agora posteriormente fica aqui essa justificação técnica, para fundamentar a proposta como deve ser."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos que a deliberar a continuação da sessão. Penso que vamos continuar até ao fim, estamos de acordo?

O Sr. Presidente, também vai sintetizando. "

PONTO NOVE – Acordos de Execução para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – alteração.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se de uma alteração que decorre de um lapso aquando da aprovação da renovação dos acordos de execução para os estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, porquanto nas verbas referentes à Freguesia de Palmela, não sei porque razão mas o valor depois de termos negociado as novas verbas por área, por estabelecimento, termos feito melhorias no protocolo, que voltámos a fazer entretanto este ano no texto e também mais algumas melhorias, mas depois de termos aumentado os valores, ainda assim houve aqui umas contas que não bateram certas e na passagem de um *excel* para a proposta da reunião de Câmara, inscrevemos uma verba de noventa e nove mil euros quando devia ser de oitenta e cinco e qualquer coisa, para não querer ler a proposta estou a abreviar ainda demoro mais tempo. Esta alteração ainda pensámos que poderia, eventualmente, prescindir de nova deliberação,

mas aconselhou-nos o entendimento jurídico, que é de todo justo, apesar de ser num anexo, que esta alteração fosse feita."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre a proposta, alguma dúvida?

Sra. Membro da Assembleia, tem dúvidas?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Tenho.

Eu por acaso ouvi essa explicação da parte do Sr. Presidente na reunião descentralizada da Quinta do Anjo, mas não consegui perceber muito bem. Ou seja estão aqui quinze mil euros de diferença, o que eu pergunto desde o início do ano esses valores foram pagos? Ou era o valor do protocolo do ano passado Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Têm sido pagos os valores corretos.

Faça as perguntas que eu já respondo."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não fiquei assim muito esclarecida quanto a isto, eu acredito nisso do *excel* e de se terem enganado, mas como o Sr. Presidente, eu acho que aqui até deve ser corrigido o valor, agora o que eu pergunto é se essas verbas foram transferidas, ou não, até junho? E caso tenham sido transferidas o que é que vão fazer, se o acerto é no final do ano ou se, como este protocolo também prevê se houver mais obras que seja feito acerto no final do ano até pelo excedente, é isto que eu pergunto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Já percebemos qual é a questão.

Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente em primeiro lugar, pedir-lhe desculpa, porque esta questão de querer facilitar, não maçar, de não ler a proposta, eu referi-me à proposta do ponto número dez, em vez do ponto número nove. Atenção que no ponto número nove aquilo que estamos a fazer na alteração aos acordos de execução, são mexidas essencialmente no texto do protocolo e que não implicou alterações de valores e como houve alterações no texto relativamente ao tipo e mexeu em valores também, ah! mexeu em valores? Tem razão, tem razão, Sra. Presidente, lá estamos nós a não querer ler as propostas. Mexeu em valores porque houve equipamentos educativos que saíram dos protocolos, houve escolas que foram retiradas destes acordos de execução. Estou a lembrar-me, por exemplo, da escola das Arraiados que deixou de ser um equipamento educativo, que vai ter outro fim, e, obviamente, a Junta deixou de ter a responsabilidade de a conservar e teve de sair do acordo de execução, o mesmo aconteceu também com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca com a retirada da antiga escola de Cajados. Isto significou alteração de valores, mas quanto ao conteúdo o que fizemos foi no texto deste acordo de execução, algumas precisões de texto relativamente a

equipamentos de educação, educativos e também alusões a equipamento mais específico que existe nos refeitórios, nomeadamente incluir ali algumas reparações de equipamentos que dantes não estavam nos acordos de execução e hoje são no dia-a-dia das escolas, as escolas estão equipadas com esses equipamento e não era feita essa menção, pelo que fizemos aí algumas inclusões.

Não houve alterações do valor metro/logradouro, do valor de metro/conservação de escolas. Estamos agora no ponto número nove, certo? Depois já me refiro ao da Junta Palmela e responderei à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então sobre esta questão? Sobre estas alterações do ponto número nove há mais questão? Podemos votar?

Está claro?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas a nove é a que tem já os oitenta e cinco mil."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, não, é a dez.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não! Oh, Sr. Presidente, eu estou a ver na nove que diz aqui: "Alteração", é isso? Na página dois tem cá o valor de oitenta e cinco mil também."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Exatamente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É dois em um. Por isso é que eu pedi aqui o esclarecimento."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me permite, eu já expliquei que introduzi mal o ponto ao querer resumir introduzi o ponto número dez, certo? É evidente que aí tem os oitenta e cinco, porque é efetivamente os oitenta e cinco que são devidos. Porque o valor metro quadrado na intervenção do edifício, o valor de logradouro multiplicado pelas áreas que compete à Junta Palmela conservar dá, efetivamente, os oitenta e cinco e foi aí que nós nos apercebemos que em novembro do ano passado, quando aprovámos a renovação para isto continuar para o mandato, e que depois íamos ainda negociar estas coisas e tal, apareceu na tabela de *"excel"* e foi passada para a proposta noventa e nove mil euros e isso é a retificação que vem no ponto dez, porque a retificação do ponto dez visa alterar aquilo que foi deliberado ainda em dois mil e dezassete erradamente ao impor ali um valor de noventa e sete mil euros, em vez de oitenta e cinco.

É melhor levarmos isto a eito, esqueça lá a retificação agora. O ponto número nove visa fazer uma alteração aos acordos de execução. Essa alteração cinge-se a alterações no texto e alterações nos valores decorrentes da retirada de dois equipamentos educativos, que deixaram de estar à responsabilidade das Juntas para respetiva conservação, que são no caso de Pinhal Novo a retirada da antiga escola básica de Arraiados e na União das Freguesias de Marateca e Poceirão a escola de Cajados.

Quanto aos valores, são os valores que estão negociados por metro quadrado o que dá, efetivamente, os oitenta e cinco mil euros que Palmela tem de receber."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está clara esta alteração?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não, para mim continua a não estar claro."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Olhe, eu não sei explicar de outra forma."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então diga lá quais são as suas dúvidas."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não, essa parte que o senhor está aí a explicar dos metros quadrados, diga-me lá a página onde isso está se faz favor.

O Sr. Presidente é que disse que estava aqui o cálculo. Se não tem devia ter, porque está aqui a atribuição cá está o ato administrativo sem justificação de cálculo que viola a lei."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Está aqui a área vezes o valor unitário e as suas respetivas somas, está no anexo três, nas transferências financeiras para cada uma das freguesias.

Eu não tenho nada a acrescentar, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, então vamos lá ver se nos entendemos. Há alguma dúvida concreta que não esteja esclarecida, ou é um problema de domínio do tema em geral? Qual é a questão?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não, o Sr. Presidente, agora já me esclareceu."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então agora passamos ao ponto dez, que é a Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas - Retificação.

Sr. Presidente, por favor."

PONTO DEZ – Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho – Retificação.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Recordo que este órgão já no início deste mandato, isto foi à Câmara em novembro e que depois em deliberação já em dezembro de dois mil e dezassete, deliberou a prorrogação da delegação de competências prevista nos contratos interadministrativos e acordos de execução, para o mandato seguinte.

Posteriormente, verificou-se que o quadro da proposta continha um erro material de expressão, na menção à verba a afetar ao acordo de execução referente às pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico para a transferência a efetuar para a Freguesia de Palmela. Ou seja, ao invés do Município transferir anualmente noventa e nove mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos o valor anual a considerar seria de oitenta e cinco quatrocentos e trinta e sete vírgula vinte e um cêntimo, resultante da atualização que havia sido aprovada pela Câmara, e também pela respetiva Assembleia, em sete de junho de dois mil e dezassete. Ou seja, o ano passado fizemos a atualização do valor antes do final do mandato, no final do mandato ou melhor no início deste mandato, no final do ano, decidimos a prorrogação e ao decidir a prorrogação por uma questão que eu não consigo explicar mas tem a ver com a transferência de uma folha de *excel* para a proposta no quadro referente à Freguesia de Palmela há, de facto, esta verba que não conseguimos chegar a ela. Às vezes podia ter sido um erro numa multiplicação, numa área a mais ou a menos, ou que fosse retirada, mas não foi o caso porque a Junta Palmela continuou com as mesmas escolas. Deixámos passar isto, todos, e este valor não corresponde e o que se pretende fazer agora é fazer a retificação desta deliberação que tomámos em dezembro de dois mil e dezassete.

Respondendo à questão que me colocou ainda há pouco, a Junta Palmela nem em dois mil e dezassete nem em dois mil e dezoito tem recebido mensalmente a tranche que alguma vez perfizesse os noventa e nove, ou seja eu acho que a Junta Palmela não vai ter que devolver dinheiro. Esclareça-me, porque eu essa parte…"

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Não, Sr. Presidente. Dá-me licença para esclarecer aqui o seguinte: A Junta de Palmela tem estado a receber em dois mil e dezoito as tranches mensais na base dos noventa e nove."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"E agora é que vai haver um acerto?"

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Agora a partir de junho é que vai haver os acertos mensais, mas temos estado a receber na base dos noventa e nove."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Isso agora tem que alterar o orçamento."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Entrou na contabilidade da Câmara Municipal."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pronto, mas é feito o acerto agora. Porque efetivamente as áreas multiplicadas dá os oitenta e cinco, é um erro material que temos que corrigir."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguma dúvida sobre esta questão?

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Última proposta, Sr. Presidente."

PONTO ONZE – Reconhecimento de relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Fábrica da Igreja Paroquial de S. José de Pinhal Novo; Procº E-1102/11; Local - Urbanização Val´Flores- Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito resumidamente, é conhecido o projeto que a Fábrica da Igreja Paroquial de São José tem estado a desenvolver para a construção de uma nova Igreja em Val'Flores. Tiveram que alterar o projeto inicial por decisão interna, não teve nada que ver com alguma questão levantada pela Câmara, e antes de darem extenso desenvolvimento ao novo projeto, que foi todo remodelado, a Fábrica da Igreja Paroquial de São José entendeu solicitar um pedido de informação prévia, ao abrigo de uma alínea que requer uma instrução já mais adiantada, e que, agora, na altura da apresentação dos projetos vai ser muito mais rápida a aprovação. Esse pedido de informação prévia está sujeita ao pagamento de taxas e como não é um valor qualquer, ainda são taxas à volta de quase de oito mil euros e considerando o relevante interesse público na área do município, que está fundamentado na proposta e nas informações técnicas juntas, propomos esse reconhecimento à Assembleia Municipal, que delibere nesse sentido, que é quem tem legitimidade para o efeito, para que possam levantar o PIP (Pedido de Informação Prévia) que está pronto há um mês, sem pagar estas taxas que, como vos digo, andam à volta dos sete mil e novecentos euros, mas não é isso que estamos aqui a deliberar, o valor das taxas, estamos a deliberar o reconhecimento de Relevante Interesse Público.

Quando houver a obra, certamente haverá taxas noutros valores muito mais avultados ainda a pagar e, possivelmente, teremos que voltar a deliberar esse Interesse Público para isenção de taxas, também, para a obra mas, para já, para esta fase é para o pedido de informação prévia.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta questão?

Sr. Membro da Assembleia, António Godinho."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Indo ao encontro do pedido da Sra. Presidente para ser o mais sintético possível, apenas dizer que o PS irá votar favoravelmente, o requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de S. José de Pinhal Novo, por reconhecer o relevante serviço desta instituição no campo social e no acompanhamento e conforto espiritual que propicia a todos os que participam nas suas atividades."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Prometo ser breve pelo que a hora, também, já vai adiantada estamos um bocadinho cansados, por isso quando uma proposta que se diz aqui Fábrica da Igreja, Fábrica até parece que há ali uma linha de montagem de qualquer coisa muito boa, mas pronto, era só uma observação.

Relativamente a este ponto Sra. Presidente nós, no Bloco de Esquerda, tendo em conta que muitos munícipes deste concelho não professam a religião católica e não professam nenhuma religião, de todo, ainda para mais nós, no Bloco de Esquerda, temos uma posição em relação às isenções de taxas, à Igreja, a IPSS, e neste caso nós achamos que é abusivo estar-se a isentar de taxas a construção de uma igreja nova. Nós já aqui o fizemos em relação, se bem me lembro no caso da Igreja de São Pedro da Marateca, mas era para a construção de um anexo que se tratava da Casa Mortuária, onde se fazem os velórios dos funerais, é diferente, é uma área que serve toda uma população, sejam católicos ou não católicos.

O Presidente da Junta, Sr. Lagarto, está um bocadinho mal dos pulmões mas a gente dá-lhe um desconto e nesse sentido, Sra. Presidente, agora falando um bocadinho mais a sério, achamos que é despropositado este ponto e nós vamos votar contra.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Tem a palavra PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu como sou crente vou esclarecer o nosso colega do Bloco que quando foi necessário organizar juridicamente, e com número de contribuinte, estas entidades todas se chamam Fábrica, no país inteiro, foi a nomenclatura escolhida à data. O Sr. Presidente da Câmara não inventou aqui nenhuma Fábrica da Igreja.

Em segundo lugar, iremos votar favoravelmente tratando-se até, como votámos outras culturais que, às vezes, nem têm muito a ver com a cultura do concelho mas que desenvolvem atividades de desenvolvimento cultural, algum até mais para o Bloco, e mesmo assim votamos favoravelmente também nessas ocasiões, pelo que votaremos favoravelmente atendendo que estará aqui em causa, também, um complexo maior e com certeza mais dinâmico e também não tivemos pejo em dar a condecoração a um pastor evangélico, portanto e se não nos prende nem temos nada contra os cruxifixos, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão sobre esta proposta?

Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, Sras. e Srs. Membros da Assembleia terminámos a nossa sessão, a não ser que houvesse algo muito extraordinário não voltaremos a reunir-nos antes do período das férias. Desejo a todos boas férias para quem tiver a essa oportunidade e umas boas festas porque as festas do concelho vão estar por aí ao longo destes períodos, aliás amanhã estaremos em São Pedro de Marateca, para todos, para além de uma boa noite, um bom Verão."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e trinta e um minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e nove de junho de dois mil e dezoito.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete